

EXTRA 25 Anos
CLASSE-ORG-BR
ANO 26 | Nº 259 | NOVEMBRO DE 2021

ENTREVISTA

Fabiano Contarato detona a
LGBTfobia: "Basta de apenas gestos
simbólicos e atos de solidariedade"

Foto: Gerbair Pass

Poluição e hidrelétricas: uma sentença de morte na Bacia do Rio Uruguai

Agrotóxicos, resíduos da agroindústria e obras das hidrelétricas degradam o mais importante corredor da biodiversidade do Cone Sul

04 ENTREVISTA

Fabiano Contarato se insurge contra a LGBTfobia no Senado

07 IDEIAS

Fernando Spilki: A que horas a Ciência volta?

08 EDUCAÇÃO

Os impactos dos cortes do orçamento das instituições públicas

11 WEISSHEIMER

Agenda do Fórum Social Mundial ganha renovada atualidade política

12 MOVIMENTO

Segurança de quem? As violações da Lei de Acesso à Informação

14 AMBIENTE

Hidrelétricas rondam a Bacia do Rio Uruguai

18 ENSINO PRIVADO

Sindicatos dos professores levam resoluções ao Sinepe

22 ROLIM

Michele e os rinocerontes

23 ARTE +

Era uma vez uma fábrica de discos II

EDITORIAL

Educação pública ameaçada

O desmonte da ciência e da educação pública devido aos cortes no orçamento nos últimos anos coloca as universidades públicas contra a parede e já inviabiliza projetos para o próximo ano. A redução do orçamento do MEC atingiu, em 2021, o menor percentual de participação nos gastos públicos da década. Esse é o destaque da editoria de Educação.

Ao responder a um post preconceituoso de um empresário que era ouvido na CPI da Covid, em setembro, o senador Fabiano Contarato (Rede-ES) acabou produzindo um manifesto em defesa das populações LGBTQIA+ e um alerta sobre a responsabilidade do Congresso Nacional em relação à afirmação dos direitos constitucionais das minorias. Graduado em Direito pela Universidade Gama Filho e especialista em impactos da violência na escola pela Fiocruz, o parlamentar falou com exclusividade ao *Extra Classe* e é destaque desta edição – que chega aos leitores pelas plataformas virtuais, sem a edição impressa devido à pandemia.

Em tempos de obscuridade e sigilos absurdos envolvendo informações públicas, a Lei de Acesso à Informação está completando dez anos. O *Extra Classe* resgata o surgimento desse marco legal e ouviu especialistas sobre a importância da transparência de informações por parte dos governos, do Judiciário e de órgãos públicos.

No destaque de capa, a terceira reportagem da série 'Rios Gaúchos' faz uma radiografia da Bacia do Rio Uruguai, o mais importante corredor da biodiversidade do Cone Sul ameaçado pelas mais variadas formas de degradação e pelo avanço das hidrelétricas.

Confira também: Arte Mais, Fraga, Verissimo, Weissheimer, Edgar Vasques, Rafael Corrêa, Rafael Sica, Santiago.

Boa leitura!

Extra Classe recebe Prêmio Amrigrs de Jornalismo

A reportagem *Agrotóxicos: o veneno está no ar, no solo, na água e na mesa dos gaúchos*, do jornalista Thiago Kern Copetti, com fotos de Igor Sperotto, publicada na edição de abril de 2021, ganhou o 3º lugar no Prêmio Amrigrs de Jornalismo na categoria Jornal/Revista. A cerimônia foi realizada no dia 27 de outubro. Esse é o 44º prêmio de jornalismo conquistado pelo EC em 25 anos.



Dirceu Rodrigues, diretor administrativo da Amrigrs (E), e os premiados na categoria Jornal/Revista: Aline Custódio, Thiago Copetti e Guilherme Jancowski

EXTRA
CLASSE-ORG-BR

REDAÇÃO: extraclasse@sinprors.org.br

Editora-chefe: Valéria Ochôa

Editores Executivos: Gilson Camargo e Valéria Ochôa

Editor de fotografia: Igor Sperotto

Redação: César Fraga, Edimar Blazina, Gilson Camargo e Valéria Ochôa

Colaboradores: Adriana Lampert, Cristiano Bastos, Fernando Spilki e Marcelo Menna Barreto

Colunistas: Luis Fernando Verissimo, José Fraga, Marco Aurélio Weissheimer e Marcos Rolim

Diagramação e Arte: Fabio Edy Alves/Bold Comunicação

Projeto Gráfico: Bold Comunicação e D3 Comunicação

Ilustração: Rafael Sica e Ricardo Machado

Charge/Cartum: Edgar Vasques, Rafael Corrêa e Santiago

Revisão: Press Revisão

Comercialização: 51. 4009.2981 e 51. 99702.7283

extraclasse@sinprors.org.br

Impressão: Zero Hora

Tiragem desta edição: 25 mil exemplares

Telefones da Redação: 51. 4009.2980/2982/2983/2985

* O conteúdo dos artigos de opinião e das matérias assinadas é de exclusiva responsabilidade de seus autores.

Publicação mensal do Sindicato dos Professores do Rio Grande do Sul – Sinpro/RS, filiado à CUT e Contee

Av. João Pessoa, 919 | CEP 90.040-000 | Porto Alegre | RS | Fone 51. 4009.2900

[extraclass.org.br](https://www.extraclass.org.br) [fb.com/jornalextraclass](https://www.facebook.com/jornalextraclass) [instagram.com/jornalextraclass](https://www.instagram.com/jornalextraclass)

Pacote do Veneno I

Às vésperas da Conferência Mundial do Clima (COP-26) e, apesar de o modelo da agricultura brasileira, altamente dependente de químicos, estar diretamente relacionado à questão climática, o governo federal baixou, no início de outubro, um decreto que flexibiliza a Lei dos Agrotóxicos ao liberar o registro de novos venenos na agricultura.

Pacote do Veneno II



O atual decreto nada mais é do que uma nova roupagem para o Pacote do Veneno, um Projeto de Lei de autoria do então senador Blairo Maggi. Essa é a avaliação das organizações que vêm acompanhando o tema dos agrotóxicos e a flexibilização no registro e aprovação dessas substâncias, que tem batido recordes na atual gestão da ministra da Agricultura, Tereza Cristina.



Mais veneno na mesa dos brasileiros

O governo federal derrubou o último marco legal contra o registro indiscriminado de venenos na produção de alimentos. O decreto presidencial 10.833/2021, publicado no Diário Oficial da União do dia 8 de outubro, flexibiliza a Lei dos Agrotóxicos (7.802/1989), eliminando as restrições para o registro de substâncias cancerígenas, mutagênicas e teratogênicas.

Na prática, a decisão do Planalto deixa o terreno livre para o agronegócio importar até substâncias vetadas em outros países – coisa que já vem fazendo mesmo contra a lei –, e cria as condições para que mais venenos cheguem às mesas dos brasileiros.

A matéria estava em debate no Congresso Nacional, mas vinha sofrendo grande pressão popular e de entidades dos movimentos sociais. O Pacote do Veneno do então senador e ex-ministro da Agricultura do governo Temer, Blairo Maggi (Progressistas), foi aprovado pelo Senado e, em 2018, passou na Comissão Especial da Câmara Federal onde estava tramitando, sob relatoria do deputado Luiz Nishimori e a presidência de Tereza Cristina, atual ministra da Agricultura.

Uma nota técnica redigida por pesquisadores da área da saúde, com contribuição de cientistas de diversas instituições, como a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e a Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco), entidades do terceiro setor e legisladores, relacionou os graves impactos que a medida irá trazer à saúde humana, ao meio ambiente e à agricultura brasileira. A manifestação já conta com a adesão de 135 pesquisadores e pesquisadoras, mais de 100 organizações e coletivos da sociedade civil, e parlamentares da Frente Parlamentar Ambientalista.

A pesquisadora da Fiocruz e membro da Abrasco, Karen Friederich, afirma que as alterações “dificultam o acesso a informações relevantes para a sociedade e, principalmente, permitem que sejam registrados no país produtos muito tóxicos para a saúde das pessoas, como agrotóxicos reconhecidamente cancerígenos, que causam problemas hormonais e reprodutivos, além de malformações em bebês”.

“Esse decreto demonstra uma tremenda falta de seriedade do governo, ao empurrar para a sociedade o caminho escolhido por um setor apenas e não pela maioria da população. Esse caminho é o do veneno, da priorização das commodities sobre alimentos de verdade, da fome e do esgotamento das fontes”, afirma Marina Lacôrte, da Campanha de Agricultura e Alimentação do Greenpeace.

O decreto presidencial é tido ainda como ilegal e inconstitucional, pois, além de derrubar aspectos mais restritivos da Lei, facilitando o registro de substâncias cancerígenas, mutagênicas, teratogênicas, viola princípios fundamentais garantidos pela Constituição Federal, como os direitos à alimentação e a um meio ambiente saudáveis.

Foto: Guilherme Martimon/MAPA



Jair Bolsonaro e a ministra Tereza Cristina assinaram o decreto que altera a regulamentação dos agrotóxicos no Brasil

“Somos todos iguais”



Foto: Gabriel Lordello



Foto: Arquivo pessoal

por Cristiano Bastos

Ainda ecoam no Congresso Nacional as manifestações de indignação do senador Fabiano Contarato (Rede-ES). No final de setembro, o parlamentar reagiu às ofensas homofóbicas feitas em uma rede social pelo empresário bolsonarista Otávio Fakhoury com um discurso em defesa das minorias. “Orientação sexual não define caráter. Cor da pele não define caráter. Poder aquisitivo não define caráter”, enumerou o senador, com dedo em riste na direção do ofensor, durante uma sessão da CPI da Covid. O empresário era ouvido como suspeito de disseminar fake news, mas acabou enquadrado por discriminação e recuou – o que não evitou uma ação judicial do parlamentar por danos morais. A população LGBTQIA+ é vítima de constantes ataques preconceituosos e criminosos dos que se dizem “defensores da família”, frisou o primeiro senador assumidamente gay da história da República. Mais votado nas eleições de 2018 (com quase 1,2 milhão de votos), é reconhecido até por opositores como referência na defesa de minorias, da inclusão social e liberdade de religião, combate à homofobia, ao racismo, ao feminicídio. É dele, por exemplo, o Projeto de Lei 420/2021, que inclui no Censo do IBGE perguntas relacionadas à identidade de gênero e orientação sexual no próximo Censo Demográfico – fundamental para a definição de políticas públicas e demarcação de direitos a um contingente estimado em 18 milhões de pessoas. Delegado da Polícia Civil do Espírito Santo desde 1992, professor universitário, ativista humanitário, Contarato, 55 anos, é graduado em Direito Penal e Processual pela Universidade Gama Filho (UGF) e especialista em Impactos da Violência na Escola pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Nesta entrevista, ele afirma que o Congresso Nacional, mais do que gestos simbólicos e atos de solidariedade, precisa fazer valer os direitos assegurados à população LGBTQIA+

Extra Classe – Como o senhor orienta seus filhos a agir em caso de bullying no colégio por causa da homossexualidade dos pais?

Fabiano Contarato – Eu e meu cônjuge (*Rodrigo Groberio*), constantemente, temos de lidar com dois pontos delicados em relação aos nossos filhos. O primeiro é que eles são filhos de uma relação homoafetiva. E o segundo é que eu e meu esposo somos brancos – e eles são negros. São fatores os quais precisamos conduzir de forma muito cautelosa. E, para tanto, a gente também conta com o acompanhamento de um psicólogo. Lembro que, certa vez, estávamos todos reunidos na cozinha e o Gabriel veio nos perguntar sobre “mamãe”. Ele nos dizia que, na escolinha, na maioria das vezes eram as mães que iam buscar os coleguinhas. Então lhe explicamos: “Meu filho, vai ser assim: terá coleguinha com um papai e uma mamãe, coleguinha com duas mães ou com dois papais”. E que a vida é desse jeito. Com relação à cor da pele, procuramos, sempre que possível, falar para o Gabriel e para a Mariana que todos somos iguais, independentemente de qualquer cor. Falamos sobre isso e ensinamos a eles, o tempo todo, mas sempre de forma lúdica.

EC – O senhor disse não sentir, como senador da República, mobilização política e engajamento do Congresso Nacional com respeito à consolidação, por meio de leis, aos direitos da população LGBTQIA+. O que poderia ser feito para mudar essa realidade?

Contarato – Após a minha fala na CPI e, naquele momento, tendo lugar de fala, eu senti que se houvesse omissão de minha parte em relação aos direitos LGBTQIA+, seria um ato de covardia. Para minha surpresa, no entanto, recebi muitas manifestações de solidariedade, em especial de meus colegas de Senado. Dois dias depois, durante a reunião dos líderes de partido, em que se faz a pauta dos projetos que irão a plenário, eu fiz um desafio aos senadores e senadoras: “Olha, eu agradeço muito o ato de solidariedade que vocês tiveram para comigo, mas todo ato de solidariedade, para

não ser em vão, tem de vir acompanhado de ação. Então, por que não aproveitamos o momento para demonstrar, efetivamente, para a população brasileira que o Senado tem “sobriedade institucional” para fazer valer todos os direitos que foram assegurados à população LGBTQIA+?

EC – Quais direitos?

Contarato – Direito, entre outros, ao casamento, à adoção, ao nome social, ao recebimento de pensão – no caso de morte –, à declaração de Imposto de Renda conjunta, à doação de sangue. E, sobretudo, que a homofobia seja, de uma vez por todas, criminalizada. Todas essas conquistas, até agora, deram-se pela inadequada via das decisões judiciais. São pontos que, há muito tempo, já estão pacificados no Supremo Tribunal Federal. Eu espero, portanto, que o Senado dê uma demonstração de comprometimento, pois, infelizmente, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal sistematicamente fecham as portas para as pessoas LGBTQIA+. E não só para essas pessoas, mas igualmente para os negros, quilombolas, mulheres e pobres. Precisamos, definitivamente, que mude esse comportamento em todas as esferas.

EC – O senhor professa a fé católica. Diante dos dogmas e preconceito, por parte da Igreja, como o senhor mantém o diálogo com a sua religião levando em conta a sua orientação sexual?

Contarato – Eu sou católico, porém, sempre gosto de falar que a minha religião, na verdade, é o amor e o meu Deus, o outro. Eu acho que quando a gente exerce tais princípios, diuturnamente, consegue praticar mais valores como a caridade, a compaixão, o diálogo, a humildade e a fraternidade. Não podemos esquecer, no entanto, que, além do preconceito racial, também há o racismo religioso. O preconceito sofrido pelas religiões de matriz africana é uma triste mostra disso. Eu procuro sempre dialogar na forma como eu entendo e assimilo Deus, que, para mim, acima de todas as coisas, é um Deus de amor. Um Deus que não faz diferenciação de cor,

raça, etnia, religião ou orientação sexual. É um Deus inclusivo. Eu me permiti ter a minha primeira relação sexual homoafetiva, aos 27 anos, porque pensava que não podia, que estava errado perante Deus. Sentia-me culpado. A dignidade da pessoa humana é um direito essencial – está garantida na Declaração Universal dos Direitos Humanos, do qual o Brasil, inclusive, é signatário.

EC – São mais de 600 mil mortos pelo coronavírus. A CPI da Covid já provou os crimes de Bolsonaro?

Contarato – Eu não tenho dúvida alguma quanto a isso. É necessário que as pessoas entendam que a CPI presta um grande serviço à população brasileira. A Comissão Parlamentar de Inquérito mostrou a todos a real função de um parlamentar. Os cidadãos agora compreendem melhor como funciona o Senado e que a saúde pública é um direito de todos e um dever do Estado. Também passaram a entender que quem detém tanto a competência quanto a legitimidade, e também a chamada “personalidade jurídica”, para celebrar contratos para aquisição de vacinas e insumos, é o Estado brasileiro, através do presidente da República. Dessa forma, se ele recusa tal atribuição e, pelo contrário, difunde falácias como a imunidade de rebanho e o tratamento precoce, fica provado que ele (o presidente) cometeu crime de charlatanismo. Não podemos esquecer que a dita “imunidade de rebanho” está enquadrada no Código Penal como crime hediondo, com pena prevista de 20 a 30 anos de cadeia. A CPI, além de tudo, provou que os tantos ministros da Saúde que assumiram a pasta não tinham qualquer autonomia no Ministério da Saúde.

EC – Também ficou provado que existia um gabinete paralelo, o que é proibido em uma administração pública...

Contarato – Isso (o gabinete paralelo) é crime de usurpação de função pública. A CPI provou, por exemplo, que o governo brasileiro recusou inúmeras ofertas da (*empresa farmacêutica*) Pfizer. Isso categoriza crime de prevaricação.

Nossos irmãos em Manaus, não podemos esquecer, morreram pela falta de oxigênio, por asfixia. A CPI evidenciou, ainda, que havia irregularidades enormes no contrato da (*vacina*) Covaxin. Já o presidente foi cientificado dessas irregularidades – e nada fez. Então, ele prevaricou também. Sem falar o que aconteceu com a Prevent Senior, na qual os médicos deixavam os pacientes à própria sorte. Trata-se de um caso de homicídio qualificado. Foram muitos os crimes praticados, aos quais ainda somam-se os crimes de responsabilidade. Dentre os quais, eu citaria o fato de o presidente constantemente marcar presença em movimentos antidemocráticos, as ameaças que fez de fechar o Congresso. E, ainda, seus ataques ao Supremo, à imprensa e à sociedade civil. Enquanto nega ter existido uma ditadura no Brasil, por outro lado, ovaciona torturador e criminaliza as ONGs. Portanto, são inúmeras as condutas erradas que foram escancaradas pela CPI.

EC – Além de investigar o Executivo, quais foram as outras conquistas trazidas pela CPI?

Contarato – Se não fosse a CPI, eu não tenho dúvida: não teríamos vacina para a população brasileira. Foi somente por causa da CPI que o governo, finalmente, correu atrás para adquirir as vacinas. Isso é muito grave. O comportamento do presidente, em razão disso, deve ser responsabilizado tanto por suas ações quanto por suas omissões. Porque a omissão dele é extremamente relevante – por lei, o presidente da República tem a obrigação de proteger os direitos da população. E ele agiu com dolo, e dolo não é só quando há intenção. Também é dolo quando se assume o risco de produzi-lo. O presidente, sistematicamente, participa de aglomerações, sem sequer utilizar a máscara, o álcool em gel e, menos ainda, respeita o distanciamento social. Tais condutas antissanitárias – que não dão o exemplo à população – também são previstas no Código Penal. Eu acrescentaria, ainda, que, se não fosse a CPI, nós não teríamos entendido que poderiam ter sido celebrados contratos bilionários, com danos irreparáveis ao erário públi-

ENTREVISTA

co. A CPI, não resta dúvida, jogou luz sobre vários fatos e eu espero que o procurador-geral da República, Augusto Aras, tenha sensibilidade de atuar como guardião daquilo que eu chamo de “a espinha dorsal da Constituição Federal”.

EC – O senhor é especialista em Impactos da Violência na Escola pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Quais são as problemáticas no ambiente escolar e quais soluções o senhor enxerga?

Contarato – Na verdade, infelizmente, são muitos os problemas que enfrentamos no ambiente escolar. Para começar que, no Ministério da Educação, tivemos, entre tantos ministros que por lá passaram, um (*ministro Ricardo Vélez Rodríguez*) que chegou ao ponto de exortar alunos a entoar o slogan de campanha do presidente da República. Depois, ele incentivou os alunos a filmarem os professores dentro da sala de aula, violando, dessa maneira, a liberdade de cátedra do professor. Em seguida, tivemos outro ministro da Educação (*Abraham Weintraub*), que queria retirar verba dos cursos de Sociologia e Filosofia, sob o pretexto de que tais cursos não dão retorno ao país. Ora, a minha formação é em Direito, mas, de nada teria servido se eu não tivesse passado pela filosofia e pela antropologia. E aí, para completar, o terceiro ministro da Educação (*Carlos Alberto Decotelli*) teve sua nomeação cancelada, logo no início do mandato, por irregularidades acadêmicas.

E agora temos este quarto ministro (*Milton Ribeiro*), que tem falas extremamente preconceituosas. Ele chegou a afirmar que alunos com deficiência eram “impossíveis de lidar”. E, ainda, que professores trans não poderiam ensinar por “falta de conduta” – como se pudessem modificar a orientação sexual de um aluno. São várias as violências cometidas contra a educação pelo governo Bolsonaro. Durante a pandemia, para piorar um quadro já empobrecido, ele cortou o orçamento da Ciência e Tecnologia. Nós precisamos ter a percepção de que o ensino superior, no Brasil, nas universidades públicas e nos institutos federais, não só é de extrema qualidade, mas de fundamental importância.

EC – Qual é o mais grave problema enfrentado pela educação no Brasil?

Contarato – O maior problema, na realidade, está na educação básica. Nós temos mais de 83% das escolas da educação básica que, lamentavelmente, não têm laboratório de ciências. Mais de 73% das escolas, por sua vez, não têm bibliotecas nem quadra poliesportiva. Dessa forma, como que um aluno terá a possibilidade – a não ser pelas cotas – de ingressar numa universidade federal? Nos colocamos no lugar daquele casal que ganha um salário mínimo e cujo filho sonha cursar medicina, por exemplo. Sem o sistema de cotas, ele não tem a mínima chance. E aí temos de ver qual é o olhar que um chefe de Estado teria de ter para a



Foto: Roque de Sá/ Agência Senado

“São várias as violências cometidas contra a educação pelo governo Bolsonaro. Durante a pandemia, para piorar um quadro já empobrecido, ele cortou o orçamento da Ciência e Tecnologia”

educação. No caso de nosso “chefe”, esse olhar, infelizmente, padece de aguda cegueira. É fundamental que o poder público tenha um lado humanizador e, além disso, a necessária sensibilidade para valorizar verdadeiramente todos os atores da educação pública. Não pode haver professores que trabalham 25 horas semanais e ganham pouco mais de um salário mínimo, quando determinados funcionários públicos, só de ticket-alimentação, recebem mais de R\$ 1,4 mil. É algo imoral.

EC – O senhor também é professor de Direito. Quais valores o Direito pode ensinar, além do pragmatismo, que o senhor procura passar para os seus alunos?

Contarato – Fico muito feliz com essa pergunta, pois eu mesmo sempre a pergunto a mim e a

Deus também: “O que o Senhor quer de mim?”. Pois escolhi duas profissões tradicionalmente eivadas por preconceitos. Primeiro, ser delegado de polícia, profissão que, muitas vezes, pressupõe um comportamento preconceituoso, machista. E, depois, o fato de lecionar no curso de Direito, onde, ainda hoje, impera aquele “positivismo napoleônico”: os alunos, em geral, têm muito interesse em altos salários, em ocupar cargos e exercer certas funções altamente remuneradas. Eu sempre tento dialogar com eles que, através do direito, eles podem ser agentes transformadores da sociedade. Do mundo. Talvez seja este o caminho para que, um dia, alcancemos um estado democrático de direito em que todos seremos iguais perante a Lei, independentemente de qualquer natureza.

Pode ser filho, esposa, irmão, mãe, sogra, vô...
O Hotel Casa do Professor é a melhor opção em Porto Alegre para professores associados do Sinpro/RS e seus familiares.



Mais informações:
www.sinprors.org.br/casadoprofessor
Reservas: (51) 4009.2988

SINPRO/RS
Sindicato Cidadão

CASA do PROFESSOR
Hotel

A que horas a Ciência volta?

No longínquo ano de 2007, um editorial do periódico *Cell*, uma das revistas científicas mais importantes do mundo, promulgava: “A Ciência latino-americana vai para o centro das atenções”. Era o tempo em que países como Argentina, México, mas especialmente o Brasil, comemoravam um incremento inédito na produção científica e investimentos em formação de recursos humanos, inovação e tecnologia.

No Brasil, o setor como um todo passava a ter, através da regularização do fomento com base nos fundos setoriais (reserva composta por contribuição obrigatória de empresas que exploram recursos naturais do território brasileiro), um lastro seguro para consolidar um sistema nacional de investigação científica que permitisse ao país assumir protagonismo na agenda do século 21.

O período seguinte, com investimento crescente até ao redor do ano de 2013, foi de expansão continuada na geração de conhecimento, notadamente atrelada à formação de pessoal. O Brasil saltou da 27ª posição para a 13ª colocação na produção de artigos científicos publicados. A ciência brasileira deixava a ‘zona do rebaixamento’, formava mestres e doutores capazes de fazer crescer um sistema de pesquisa e inovação que antes se resumia grandemente ao eixo das instituições públicas e se expandiu fortemente para as universidades comunitárias.

Os efeitos no campo da educação se fizeram sentir nos anos seguintes também pela interiorização da produção de conhecimento, com a chegada desse novo contingente de profissionais às novas universidades abertas longe dos polos de formação tradicional. Programas de pós-graduação espalhados nesse mesmo horizonte geográfico permitiam que desigualdades regionais históricas na formação de recursos humanos altamente capacitados fossem sendo sobrepujadas. Os reflexos

da qualificação de quadros ainda são sensíveis nos corpos docentes atuantes no ensino de graduação e mesmo no ensino médio e fundamental.

Todavia, a partir do ano de 2014, atendendo à acomodação de contas públicas desta entidade etérea nomeada amiúde como “mercado”, há o início de um declínio no dispêndio federal em ciência e tecnologia que atinge bolsas, capital e custeio. A queda a partir de 2016 passa a ser vertiginosa e atinge as maiores agências do país, incluindo Capes, CNPq e Finep. A partir de 2018 se dá continuidade ao crepúsculo do sistema e, a despeito de esforços da comunidade científica e mesmo dos próprios indivíduos mais ligados à área de C&T no executivo, os valores dotados no orçamento federal já não perfazem o total nem o montante que outrora era o que se destinava apenas ao CNPq, por exemplo.

Vem a pandemia e o Brasil fica febril, sem ar, tosse e agoniza. A ciência, essa simpática Geni, é chamada às pressas. E responde, gera soluções, as universidades e os centros de pesquisa se mobilizam e atendem nos mais diversos aspectos ao que é fundamental no enfrentamento à pandemia: diagnóstico, comunicação, estudos dos mais variados, tecnologias, enfim. E isso em um ambiente em que parte da população glorifica a ciência, parte simplesmente a ataca sem dó, estimulada até por autoridades. Há uma luta incessante entre a verdade factual e histórias acalentadoras de bálsamos milagrosos. Mas, enfim, a batalha contra o vírus e contra uma certa dose cavalgar de obscurantismo vai sendo paulatinamente vencida, aqui e em outros recantos.

O mundo agora começa a respirar sem tanto medo – diga-se de passagem –, culpa da ciência. A bola da competitividade no cenário mundial foi colocada ao centro com a pandemia, correto? Para qualquer indivíduo razoavelmente

Foto: Anna Shvets/Pexels



letrado, se houve uma crise instalada com a pandemia que atingiu todos os países, parece estratégico pensar que agora é hora de aquecer os motores, acelerando com toda a potência disponível para rumar ao futuro ou pelo menos sair do atraso e chegar ao presente.

Pensamos nós, seres racionais, que, através da ciência, tecnologia e inovação, vamos lá, avante, estimular novos cérebros do país e impulsionar, através do conhecimento, nosso reposicionamento

no contexto mundial. Certo? Não. Certo para mim e para ti, não para o “mercado”, não para a visão rentista de curto prazo e dos interesses de uma minoria bem nutrida que opera a economia do país. Amargamos um corte de 90% nas verbas do setor que representam, no mínimo, a estagnação. Consolidada-se o plano de nos manter inexoravelmente na lanterna do desenvolvimento. É um tanto triste acreditar na ciência e seu poder transformador da sociedade nestes dias no Brasil.



Educação pública perdeu quase 40% do orçamento em seis anos

por Adriana Lampert

Devido aos cortes feitos pelo governo federal no orçamento para diversas áreas, menos da metade dos recursos previstos para a educação pública será executada pelo Ministério da Educação em 2021. A previsão orçamentária era de R\$ 145,70 bilhões, mas a execução dos créditos, isto é, aquilo que foi efetivamente repassado às instituições, não passa de R\$ 90,29 bilhões. Descontada a folha de pagamento dos servidores, restam R\$ 70,6 bilhões para cobrir todas as despesas correntes e as políticas públicas de educação até dezembro deste ano. Isso equivale a 2,78% dos gastos públicos, a menor taxa desde a década passada. A partir de 2015, o setor que já sonhou com as verbas do Pré-Sal perdeu 38% dos recursos, ou mais de R\$ 30 bilhões

Com as reduções, cortes e bloqueios que encolheram as verbas do ensino superior público em 2021 a níveis do início da década passada, as 69 universidades federais do país tiveram que se virar por conta própria para pagar as contas de água e energia, limpeza, manutenção, segurança, entre outros serviços terceirizados.

A dotação de R\$ 4,3 bilhões para gastos discricionários das federais – rubrica que inclui essas despesas correntes, considerando a variação do IPCA – pode ser comparada ao que foi destinado quando a rede tinha cerca de 50 instituições e menos de 600 mil alunos. Segundo o IBGE, hoje as federais somam 1,3 milhão de estudantes matriculados. Para piorar, parte desse orçamento segue bloqueada pelo Ministério da Educação (MEC).

Em maio, quando o governo federal anunciou o congelamento de R\$ 789 milhões, 30 instituições alertaram que não conseguiriam chegar até o final do ano sem esses recursos. As federais sequer cogitam uma equiparação com os valores de 2011, quando receberam R\$ 12 bilhões no governo Dilma Rousseff (PT). Elas reivindicam ao menos um retorno aos R\$ 5,6 bilhões de 2020.

“As universidades vivem momentos difíceis, e o fato de não terem quebrado ainda não significa que não estejam vivendo situações graves”, diz a presidente do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Anedes), Magali Mendes de Menezes.

A Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs) não é um caso isolado, mas a realidade da instituição, que neste ano amargou um corte de R\$ 654,7 milhões no orçamento em relação aos ingressos do Tesouro Nacional em 2020 – e enfrenta uma crise política criada pelo presidente Jair Bolsonaro (sem partido) após a nomeação de um interventor para a reitoria –, ilustra bem a realidade apontada pela dirigente.

De acordo com o Conselho de Curadores que fiscaliza a gestão econômica e financeira da Ufrgs, o aporte de R\$ 1,3 bilhão até outubro é insuficiente para terminar o semestre, o que exigiu mais R\$ 4 milhões em recursos próprios para fazer frente às despesas. Mesmo entrando com R\$ 30 milhões do caixa, a universidade teve que cortar 25% dos contratos com terceirizados.

Outras instituições já acenaram com fechamento de prédios, demissões, cancelamento de contratos e suspensão de programas, independentemente da liberação dos 18% do orçamento que continuam contingenciados pelo MEC.

O presidente do Sindicato Intermunicipal de Professores de Instituições Federais de Ensino Superior (Adufrgs-Sindical), Lúcio Vieira, sustenta que muitos projetos na federal gaúcha estão em risco e boa parte ainda não foi cancelada porque os cortes são recentes.

O pró-reitor de Pesquisa da Ufrgs, José Antônio Poli de Figueiredo, alerta que se o corte de verbas para o setor continuar

ocorrendo, causará um “grande impacto em todas as universidades do Brasil.” O gestor afirma que todas as ações da instituição foram continuadas em 2021, mas pondera que o efeito da redução de verba será sentido no próximo ano, quando devem ocorrer menos editais da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep). “É muito possível que as chamadas sejam aprovadas, mas não vai ter dotação”, admite.

Neste ano, segundo um estudo da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, o orçamento do MEC perdeu mais de R\$ 30 bilhões, na comparação com o ano de 2015, quando a previsão orçamentária era de R\$ 174,4 bilhões – ante os atuais R\$ 145,70 bilhões aprovados antes dos cortes.

Descontada a folha dos servidores, os recursos repassados pelo MEC às instituições federais, aos estados e municípios não passam de R\$ 70,6 bilhões para outras despesas correntes e investimentos. A redução é de 38,6%, na comparação com os R\$ 114,9 bilhões líquidos de 2015.

O recorte é significativo. Afinal, foi o último ano do governo de Dilma Rousseff (PT) e o fechamento de um ciclo de valorização da educação. A partir de 2016, o que se viu foram cortes e mais cortes na previsão orçamentária do MEC ano a ano: R\$ 158,2 bilhões em 2016; R\$ 140,84 bilhões em 2017; R\$ 139,91 bilhões em 2018, R\$ 149,74 bilhões em 2019 – até chegar ao pior cenário em 2020: R\$ 142,11 bilhões.

ORÇAMENTO DO MEC

Em R\$ bilhões

ANO	PREVISÃO ¹	EXECUTADO ²
2015*	174,4	114,9
2016*	158,2	129,9
2017	140,84	126,22
2018	139,91	120,22
2019	149,74	119,77
2020	142,11	114,25
2021	145,70	90,29
2022	134,6**	-

1. Recursos previstos para a educação pública no orçamento da União.

2. Valores executados.

**Projeção da Lei Orçamentária (LOA) enviada ao Congresso Nacional. Valores destinados ao MEC e unidades orçamentárias vinculadas (como institutos federais, universidades, Inep e Capes). Fontes: MEC, Portal da Transparência, *Todos pela Educação



Aposentadoria Planejada

Planejar o futuro com tudo que se tem direito.

Agendamentos
 (51) 98060.3579

 CAINELLI
 ADVOGADOS
 Credenciado pelo Sinpro/RS

Consultas previdenciárias sem custos para os professores do Ensino Privado

Menor percentual dos gastos públicos na década

Para se ter uma ideia, em 2020 o MEC executou somente R\$ 114,25 bilhões (dos R\$ 142,11 bilhões aprovados) na realização de programas, ações e projetos, ou atividades na área. Os valores são os mais baixos da década, de acordo com relatório da organização Todos pela Educação. A dotação orçamentária do ano passado foi a menor desde 2011 (R\$ 127,6 bilhões), e a execução dos recursos também ficou abaixo de anos anteriores, representando 3,46% dos gastos públicos.

Quem acessa o portal da transparência consegue encontrar a prestação de contas desde 2017. Naquele ano, o governo aprovou R\$ 140,84 bilhões para a educação, porém utilizou apenas R\$ 126,22 bi-

lhões, ou 5,42% dos gastos públicos do período.

Em 2018, quando Bolsonaro assumiu a presidência, a projeção de despesas se manteve estável (R\$ 139,91 bilhões), com leve que-

da, até porque foi resultante da aprovação da Lei Orçamentária Anual (LOA) realizada pela gestão anterior. Na prática, em 2019 foram executados R\$ 120,22 bilhões (4,91% dos gastos públicos).

Já em 2019, apesar do orçamento aprovado de R\$ 149,74 bilhões, o MEC manteve o padrão de "estabilidade em queda" e encaminhou R\$ 119,77 bilhões para serem aplicados em instituições federais, pesquisas, bolsas, e para os estados e municípios direcionarem recursos para o ensino público. Naquele ano, a participação da pasta nos gastos públicos do governo caiu para 4,77%.

E se os 3,46% de 2020 já representavam uma grande escassez de recursos federais destinados à educação, em 2021 o golpe é mais devastador: os R\$ 90,29 bilhões executados – de uma dotação orçamentária de R\$ 145,70 bilhões – representam minguados 2,78% dos gastos públicos federais.



Foto: Igor Sperotto

Na Ufrgs, pesquisas serão paralisadas nos próximos anos devido ao corte de recursos

Educação Básica perdeu R\$ 13 bilhões

Na educação básica, o orçamento vem sendo reduzido desde 2012, pondera o líder de relações governamentais da Todos pela Educação, Lucas Hoogerbrugge. Ele destaca que o processo foi aprofundado durante o governo Temer e "explodiu" na gestão Bolsonaro. Segundo o relatório da organização, em 2012 a educação básica foi contemplada com R\$ 65,2 bilhões, e foi perdendo em torno de R\$ 2 bilhões por ano até 2015. No entanto, a queda orçamentária começou a se acentuar em 2016, ano do golpe, quando os recursos destinados às escolas caíram para R\$ 43,7 bilhões – representando R\$ 13,1 bilhões a menos que no ano anterior.

A pandemia da covid-19 foi a "gota d'água" de um aniquila-

mento do setor que vem ocorrendo há mais de cinco anos: conhecida como Teto dos Gastos Públicos, a Emenda Constitucional (EC) nº 95, aprovada no governo Temer, é o principal marco desse desmonte. A partir daí, ficou praticamente impossível executar o Plano Nacional de Educação (PNE), o qual determina diretrizes, metas e estratégias para a política educacional do decênio 2014-2024. Uma delas prevê que o investimento no setor deva chegar a 10% do Produto Interno Bruto (PIB) até 2024.

"Não conseguiremos nos aproximar minimamente desta meta", lamenta a presidente do Andes. "Em 2020, houve uma aplicação de 4% do PIB na educação. O cenário é agravado pela Emenda nº 95, que congela o investimento das despesas por 20 anos", considera Magali.

A coordenadora-geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Andressa Pellanda, alerta que, caso o ritmo de descumprimento do PNE se mantenha, daqui a três anos o setor terá atingido apenas 15% de todas as metas estratégicas do documento. "É gravíssimo", sinaliza. "Boa parte do motivo deste descumprimento é a falta de financiamento e os cortes orçamentários, além de

políticas como o Teto dos Gastos."

PRÉ-SAL – Após cinco anos de tramitação no Congresso Nacional, o Senado aprovou, no dia 13 de agosto, o Projeto de Lei (PL) nº 209/15, do deputado federal Ronaldo Caiado (Dem-GO), o qual reduz em 50% os recursos destinados ao Fundo Social do Pré-Sal. Pela Lei 12.351, de 2010, metade dos capitais que entram no Fundo deve financiar a educação pública, conforme determina a Lei 12.858, de 2013, para que se cumpram as metas do PNE. Em 2020, esses recursos representaram 7,5% do orçamento da educação.

PESQUISA – Depois de ter concedido quase 104 mil bolsas no exterior e ter investido R\$ 13,2 bilhões, o programa Ciência Sem Fronteiras, criado em 2011, teve seu fim decretado em abril de 2017 pelo Ministério da Educação. O episódio foi um marco na derrocada dos investimentos em pesquisas no país. Nada comparado com o corte de 87% do orçamento do Ministério da Ciência e Tecnologia, reduzido de R\$ 690 milhões para R\$ 89 milhões pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, em outubro.

O professor de Virologia e pró-reitor de pesquisa na Feevale, em Novo Hamburgo, Fernando Spilki, afirma que a decisão pode parali-

sar o setor. "O máximo que se consegue é dar continuidade a trabalhos contratados – não é possível iniciar novos projetos, e a perda de cérebros que migram para outros países é inevitável", projeta. O Brasil tem o maior número de vagas privadas no mundo (75%) no ensino superior, enquanto 98% de sua pesquisa é desenvolvida em universidades públicas.

O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência interrompeu, em setembro, o envio das bolsas de R\$ 400,00 para 60 mil alunos de mestrado e de doutorado da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), informa a Adufgrs-Sindical.



Foto: Acervo Pessoal

Investimento de 10% do PIB até 2024, previsto pelo PNE, está cada vez mais inviável, diz Magali Menezes, do Andes



Foto: Acervo Pessoal

Vieira, da Adufgrs, alerta que parte dos projetos na Universidade Federal gaúcha ainda não fechou porque os cortes são recentes



MARCO AURÉLIO WEISSHEIMER

Agenda do Fórum Social Mundial ganha renovada atualidade política

O Fórum Social Mundial Justiça e Democracia ocorrerá de 26 a 30 de janeiro de 2022 e pretende ser “um movimento de resistência, de denúncia, de criação e de luta para a transformação do sistema de justiça”



Foto: René Cabrales/Arquivo Extra Classe

FSM 2003 em Porto Alegre: recusa à ideologia neoliberal e construção de outro tipo de relações sociais, econômicas e políticas

Em janeiro de 2001, Porto Alegre foi sede da primeira edição do Fórum Social Mundial, resultado de uma articulação internacional de movimentos sociais, organizações sindicais, políticas e coletivos de diferentes áreas com um propósito comum: buscar alternativas à globalização financeira e ao modelo neoliberal que comandavam, então, a vida política e econômica das nações. O lema “Um outro mundo é possível” sintetizava, ao mesmo tempo, uma recusa à ideologia neoliberal e a busca de alternativas capazes de construir outro tipo de relações sociais, econômicas e políticas.

A capital do Rio Grande do Sul era, naquele período, uma referência para a esquerda internacional em função da experiência do Orçamento Participativo implementada por sucessivos governos do PT em Porto Alegre e de outras políticas que, na época, eram desenvolvidas em nível estadual pelo governo Olívio Dutra. Olhando retrospectivamente e considerando a realidade política dominante hoje no Rio Grande do Sul, naquela época, de forma paradoxal, o estado vivia outro mundo possível e

não sabia. A reação conservadora àquelas políticas e as que vieram depois com os governos Lula e Dilma no Brasil e com diversos governos progressistas na América Latina não tardou e veio muito forte. Há muitos paradoxos e contradições envolvidos nos processos políticos, econômicos e sociais que marcaram essas duas últimas décadas que merecem uma reflexão mais paciente e acurada.

Passados mais de 20 anos, o processo do Fórum Social Mundial perdeu força, por múltiplas razões que não serão analisadas aqui, mas o neoliberalismo e a globalização financeira seguem subjugando a agenda política e social das nações e da sociedade. Quase dois anos de pandemia não foram suficientes para sensibilizar os dirigentes das instituições e governos que implementam essas políticas que esse caminho é suicida para a maior parte da humanidade e para o planeta como um todo. Ou seja, apesar de ter perdido força de mobilização nos últimos anos, a agenda que deu origem ao processo do Fórum Social Mundial segue mais atual e necessária do que nunca.

Está programada uma nova

edição do Fórum Social Mundial para o início de 2022 no México, com a data exata ainda dependendo de questões relacionadas à evolução da vacinação contra a covid-19. Diversas atividades preparatórias estão sendo programadas em vários países. Porto Alegre, mantendo sua tradição de cidade-berço do Fórum, será sede do Fórum Social das Resistências e do Fórum Social Mundial Justiça e Democracia, que adquire um significado especial, levando-se em conta a história política recente do Brasil.

O Fórum Social Mundial Justiça e Democracia ocorrerá de 26 a 30 de janeiro de 2022 e pretende ser “um movimento de resistência, de denúncia, de criação e de luta para a transformação do sistema de justiça”. O evento está sendo organizado por associações e coletivos jurídicos, movimentos sociais e entidades progressistas das áreas da Justiça e da Democracia. Entre elas, estão: Transforma MP, Associação Brasileira de Juristas pela Democracia (ABDJ), Associação de Advogadas e Advogados Públicos pela Democracia, Associação de Juizes para a Democracia (AJD), Coletivo Defensoras e Defensores

Públicos pela Democracia e Movimento Policiais Antifascismo.

O encontro pretende fazer uma reflexão sobre os diversos problemas que envolvem o sistema de justiça hoje e suas conexões com as ameaças que pairam sobre a democracia no Brasil e em vários outros países.

As atividades do FSMJD 2022 serão organizadas em torno de cinco grandes eixos: Democracia, Arquitetura do Sistema de Justiça e as forças sociais; Sistema de Justiça, Democracia e Direitos de grupos vulnerabilizados; Capitalismo, desigualdades, relações sociais, mundos do trabalho e sistemas democráticos de Justiça; Democracia, Comunicação, tecnologias e Sistema de Justiça; e Perspectiva transformadora do Sistema de Justiça e a centralidade da cultura nesse processo.

Juntamente com o Fórum Social das Resistências, a mobilização quer resgatar não só um pouco do espírito que animou as primeiras edições dos Fóruns em Porto Alegre, mas, principalmente, a percepção política sobre a necessidade urgente de buscar outros caminhos para o Brasil e o planeta como um todo.



Foto: Reprodução

Jair Bolsonaro, o vice, Mourão, e o filho, Renan, em aeronave da FAB

Segurança de quem?

por Marcelo Menna Barreto

A Constituição Federal de 1988 ampliou o conceito de “público” para além das fronteiras do Estado. Através do princípio da transparência, todo cidadão tem direito de receber dos órgãos públicos informações do seu interesse particular ou coletivo – um princípio que vem sendo violado de forma sistemática pelos governos antidemocráticos a pretexto de garantir a “segurança nacional”. A exceção é aplicada somente em casos em que o sigilo é determinante para a segurança da sociedade e do Estado, mesmo assim por determinados prazos

Mas quem define o que é sigiloso e os prazos dessa imposição? Como saber quem, sem função ou interesse público, pega carona no avião que leva um ministro de Estado para um compromisso, usando recursos públicos, por exemplo?

As ações do presidente Jair Bolsonaro (sem partido) que visam a dar sigilos de 100 anos às informações sobre os acessos de seus filhos ao Palácio do Planalto, e das ações de lobistas no Alvorada, entre outras que são ou foram questionadas por serem interpretações erradas ou de má-fé da legislação, estariam embasadas em quê?

As respostas cabem em uma sigla de três letras: LAI. É a Lei de Acesso à Informação, a qual completa no dia 18 de novembro uma década.

Projeto de lei do deputado federal Reginaldo Lopes (PT-MG), a LAI foi sancionada 23 anos após a promulgação da Constituição Cidadã. O ato da então presidente da República, Dilma Rousseff (PT), tirou do papel o princípio da transparência na administração pública.

Em seu sexto mandato, Lopes registra: “A Lei de Acesso à Informação foi uma conquista da sociedade brasileira que precisa ser não apenas valorizada, mas defendida e constantemente aperfeiçoada”.

Ele lembra que, se na Suécia, por exemplo, a legislação considera o acesso à informação como um direito público desde 1766, até a entrada efetiva da LAI no dia a dia da nação em 16 de maio de 2012, o cidadão brasileiro não contava com nenhuma garantia legal para ter acesso a uma informação solicitada. Era “necessário justificar o pedido e contar com uma decisão discricionária da autoridade. O sigilo era a regra”.

O sigilo é a exceção

A LAI avançou ao estabelecer prazos para respostas a pedidos de informações e o direito da apresentação de recursos quando esses possam ser negados, destaca Bruno Morassutti, advogado, mestre em direito e especialista em direito público e cofundador da Fiquem Sabendo, agência de dados especializada na LAI e conselheiro da *Open Knowledge* no Brasil.

Além disso, foram restringidas as situações em que o poder público poderia classificar as informações e criou-se um mecanismo de revisão de decisões classificadas em que, periodicamente, as negativas precisam ser revistas. "Antigamente, a

Ativa e passiva

O princípio da transparência é subdividido em transparência ativa, quando a administração pública disponibiliza a informação de forma proativa, e passiva, quando o cidadão solicita uma informação aos responsáveis pelos dados públicos.

A LAI, no entendimento de especialistas, foi clara em estabelecer informações que devem ser disponibilizadas pelos órgãos de forma ativa. Vão desde infor-

As dificuldades

Se, de um lado, a lei estabelece procedimentos para que qualquer cidadão tenha acesso a informações sem necessariamente explicitar o motivo de sua curiosidade, por outro, lacunas ainda não sanadas nas regras possibilitam interpretações que podem cercear esse direito.

Guilherme Amado integra um segmento que revela para a sociedade bastidores que, muitas vezes, poderosos gostariam de deixar ocultos. Colunista do *Metrópoles*, vice-presidente da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji), Amado integra o Consórcio Internacional de Jornalistas Investigativos que investigou e divulgou em 2016 o *Panama Papers*, o escândalo das *off-shores* e, recentemente, denunciou o ministro da Economia, Paulo Guedes, e o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto,

gente não tinha critérios muito claros para isso", compara Morassutti.

Em nível federal, quatro instâncias de recurso foram criadas para os pedidos negados. "Tornou o processo mais maduro e nos deu chances de questionar cada elemento, cada tipo de negativa e aprimorar o acesso à informação de modo geral." Ele vê, ainda, inovação na questão de política de dados abertos. "Antigamente, só tínhamos a Lei de Responsabilidade Fiscal que falava mais da questão da transparência ativa, mas focava em despesas e orçamento público. A LAI modificou totalmente o nosso cenário", ressalta.

mações de contratos, licitações, informações sobre execuções de políticas públicas, relatórios, prestações de contas, despesas de forma geral e receita pública.

Morassutti diz que é importante frisar que a LAI apresenta uma lista de exemplos apenas. "Ou seja, o poder público não só pode, mas deve tornar públicas as informações. Não tem que ficar só naquela lista mínima da Lei de Acesso", esclarece.

principais formuladores das políticas econômicas do governo Bolsonaro, por manterem empresas com contas em paraísos fiscais.

Amado destaca a importância da LAI. "Para nós, jornalistas, ela é um recurso muito valioso de apuração porque permite que a gente não fique dependendo da boa vontade de assessorias de imprensa que podem ou não querer nos responder", explica.

Apesar disso, lembra, "sempre enfrentei problemas para fazer valer o direito. Várias informações só vêm nas fases recursais. Há informações que entendo como públicas que até hoje eu nunca consegui".

Entre elas, um exemplo absurdo: "Se você tentar saber quem são os passageiros que vão com uma autoridade em um avião da Força Aérea Brasileira (FAB), você não consegue".

A persistência

"Se fosse depender, por exemplo, de assessoria de imprensa do governo Bolsonaro, a gente praticamente não teria resposta de nada. É um governo muito avesso ao questionamento da imprensa, não entende o nosso papel, e, simplesmente, não responde", aponta o jornalista, que nos três anos de governo não teve uma só demanda atendida pelo Palácio

Sigilo eterno

Entre as causas que dificultam a plena utilização dos princípios da LAI, para Morassutti, estão margens deixadas no texto para que assuntos não relacionados a questões de segurança pública e de Estado sejam, conforme interpretação equivocada ou de má-fé, colocados em sigilo por tempo indeterminado.

Na prática, essa estratégia do governo abre brechas para "um sigilo eterno", o que, paradoxalmente, a LAI objetivava acabar, contra-argumenta o advogado e dirigente da Fiquem Sabendo.

Ele também analisa que a LAI não criou um mecanismo de questionamento externo de decisões de acesso à informação. "Isso faz com que até hoje seja muito difícil de questionar, inclu-

do Planalto. "Sem a Lei de Acesso, a gente não teria como acessar a informação pública", contrapõe.

Apesar das evasivas da FAB, no final de outubro a *Folha de São Paulo* conseguiu, através da LAI, divulgar que ministros de Bolsonaro levam familiares, pastores e lobistas em voos oficiais e que o filho 04 do presidente, Jair Renan, fez ao menos cinco dessas viagens.

sive por meio do Poder Judiciário, quando uma informação não é disponibilizada, quando é negada."

Amado, por outro lado, apresenta algo que considera uma "inovação" do atual governo: a "cumplicidade" da Controladoria Geral da União (CGU). O órgão, que, pela lei, cabe zelar pelo cumprimento da LAI, "passou a ser comparsa no ocultamento da informação pública. A CGU passou a fechar os olhos, a ser conivente com esse ocultamento".

"No Ministério da Saúde, por exemplo, criou-se uma cultura de simplesmente não dar respostas, e a CGU é leniente com esse comportamento. Sem dúvidas, no governo Bolsonaro, a Lei de Acesso retroagiu bastante", critica.

Exemplos de transparência

Fora do Executivo federal, o descumprimento à LAI piora, aponta Amado. Ele diz que a aplicação dela varia entre os entes federativos. Há casos em que ela é tratada com muita seriedade, outros, de modo leniente. Em síntese, não há um padrão e depende de estado para estado, de município para município, de Tribunal de Justiça para Tribunal de Justiça, de Procuradoria Pública para Procuradoria Pública. Reconhece, no entanto, que existem bons exemplos de transparência e que ela, no contexto geral, tem avançado diante dos retrocessos impostos por Bolsonaro.

A lei foi criada para fiscalizar o Executivo, mas deveria ter mais clareza "no que diz respeito à transparência do Poder Legislati-

vo, do Poder Judiciário, do Ministério Público (MP) e dos Tribunais de Contas", opina Morassutti. Ele se diz otimista em relação ao cenário geral. "Em uma análise informal, identificamos que no Congresso é muito mais fácil encontrar projetos que ampliem do que restrinjam o acesso à informação", revela.

Enquanto as propostas tramitam, Amado afirma ser fundamental que a CGU volte ao seu papel de fato. Destaca, ainda, a importância de haver um "despertar do MP para que ele abrace sua função de fiscal da lei. Se um órgão repetidas vezes não cumpre a lei, cabe ao MP tomar uma atitude e fazer a LAI ser cumprida como qualquer outra legislação", conclui.



Hidrelétricas rondam a Bacia do Uruguai

por Cristiano Bastos

São muitas as causas da degradação da Região Hidrográfica do Uruguai e de todo o ecossistema de um dos maiores complexos de rios da América Latina. Com 385 mil quilômetros, a Bacia do Uruguai nasce na Serra Geral, em Santa Catarina, e deságua no Rio da Prata, na Argentina. Cobre cerca de 2% do território brasileiro e 45% do Rio Grande do Sul. Considerado o mais importante corredor da biodiversidade do Cone Sul, esse manancial sofre a ação incessante dos agrotóxicos e resíduos da agroindústria, recebe toneladas de dejetos industriais e vem sendo fustigado por décadas de assoreamentos, desmatamento e pelas obras das hidrelétricas que avançam sem parar

Com reservatório de 94 km², a Usina de Barra Grande, no Rio Pelotas, opera desde 2006, mas produz pouco mais que a metade da sua potência instalada

Foto: Maria Regina Ritter/Divulgação

Nos 384 municípios brasileiros abrangidos pela Região Hidrográfica do Uruguai, o saneamento é precário e, em muitos casos, inexistente. Além de receber toneladas de dejetos domésticos e industriais *in natura* desde as nascentes, suas caudalosas águas são bombardeadas ao longo do curso pela poluição decorrente do excesso de nitrogênio e fósforo.

Fatais para os ecossistemas, esses elementos são encontrados nos adubos químicos das monoculturas de soja e milho e demais atividades da agricultura industrial que utilizam grandes quantidades de água para irrigação e insumos, como fertilizantes sintéticos, pesticidas químicos e combustíveis fósseis para a produção de culturas geneticamente modificadas.

Levada pelas chuvas, essa calda tóxica vai parar nos rios e córregos. Somam-se a essas fontes de degradação ambiental os dejetos da suinocultura e o assoreamento, que consiste no acúmulo de sedimentos no fundo dos cursos d'água. Esse cenário é agravado ainda mais pela presença das sete hidrelétricas de médio e grande porte já instaladas na região.

Foto: Italo Nean dos Santos/Divulgação



Lago da Hidrelétrica de Itá, inaugurada em 1987, desviou o curso do Rio Uruguai por túneis e inundou mais de 140 km² em quatro municípios gaúchos e sete catarinenses

dam lai

Novas hidrelétricas interditas

A situação do Rio Uruguai, porém, poderá piorar consideravelmente, caso o governo federal, via Eletrobras, insista em levar adiante a proposta de construção do Complexo Hidrelétrico Binacional Garabi-Panambi.

O plano prevê, a um custo estimado de US\$ 5,2 bilhões – e a promessa de geração de 2.200 MW de energia elétrica –, a inauguração de duas grandes hidrelétricas no Rio Uruguai.

O alerta é feito pelo biólogo Paulo Brack, professor do Instituto de Biociências da Ufrgs e membro da Coordenação do Instituto Gaúcho de Estudos Ambientais (InGá).

Recentemente, o projeto sofreu um revés por parte do Tribunal Regional Federal da 4^a Região (TRF4), que, por ora, impediu a sua continuidade. Uma das razões que levaram à interdição, diz Brack, se deve à presença, naquela região, do Parque Estadual do Turvo, criado em 1947. “Lá (no Turvo), ocorrem os principais remanescentes florestais mais contínuos que escaparam do imenso desmatamento

da região do Alto Uruguai, ocupado pelas monoculturas de soja, e onde se abriga a maior riqueza de fauna ameaçada de todo o Rio Grande do Sul”, explica.

Com a eventual construção do complexo hidrelétrico, no município de Alecrim, por exemplo, o Parque do Turvo perderia mais de 60 hectares de vegetação ciliar, comprometendo, deste modo, o Salto do Yucumã, a mais extensa queda

longitudinal do mundo, com 1,8 mil metros.

Somadas, as hidrelétricas de Panambi e de Garabi, esta última no município de Garruchos, teriam áreas de alagamento, respectivamente, de 33 mil hectares e 66 mil hectares. “Ou seja, um território que corresponderia a praticamente o dobro da área de alagamento da desastrosa Belo Monte, no Pará”, adverte Brack.

Foto: Igor Sperotto



“O Rio Uruguai, se continuar assim, vai morrer”, adverte o biólogo Paulo Brack, da Ufrgs

Algas azuis e a asfixia dos peixes

Em uma comparação com empreendimentos já construídos em diversos pontos do Rio Uruguai, o ambientalista cita alguns dos inúmeros problemas que se intensificariam com a implantação de Panambi-Garabi.

Um exemplo é o aumento de detritos represados nos barramentos, causadores de grandes explosões de populações de ci-

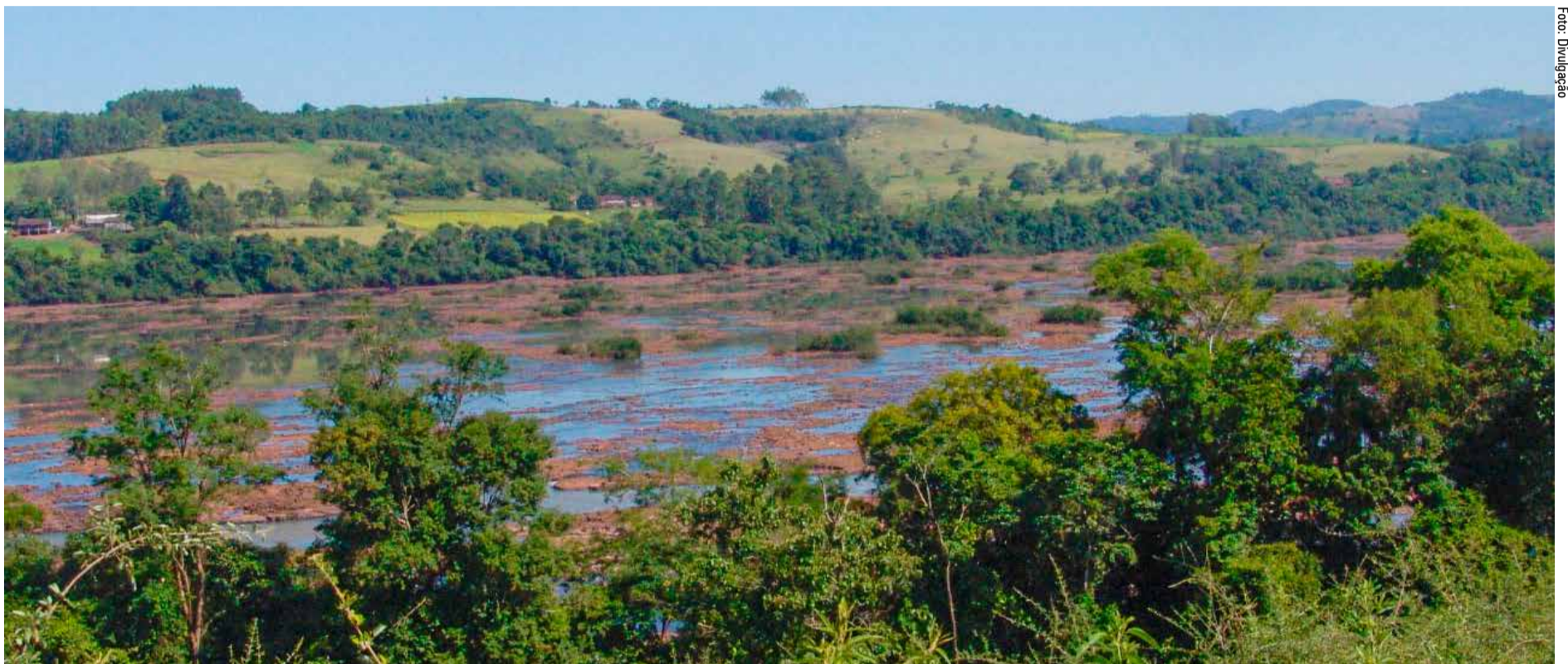
nobactérias, as chamadas "algas azuis", as quais liberam nas águas toxinas prejudiciais à saúde humana.

Esse fenômeno reduz drasticamente os níveis de oxigênio nos cursos d'água, ocasionando a morte de milhares de peixes. Tais processos, que se agravam com a fragmentação causada pelos barramentos, podem levar ao de-

saparecimento de espécimes nativas, como o Dourado, o Grumatã e o Surubim, entre outras. São peixes que necessitam de uma área de pelo menos 70 a 80 quilômetros de rios com corredeiras e sem barramentos para realizar sua piracema. As hidrelétricas, sublinha Brack, trazem "um efeito dominó, desastroso, que é escondido nos estudos de impacto ambiental en-

comendados pelas empresas do setor elétrico, gananciosas pelo lucro acima da qualidade ambiental".

Sobre o futuro da Bacia, o professor, que tem mestrado em Botânica pela Ufrgs e doutorado em Ecologia e Recursos Naturais pela Universidade de São Carlos, sentencia: "O Rio Uruguai, se continuar assim, vai morrer".



Mar de lama na área inundada da Usina Foz do Chapecó, próximo à foz do Rio Uruguai

Movimento de mulheres

Para a coordenadora estadual do Movimento de Atingidos por Barragens (MAB), Tereza Pessoa, o programa de desenvolvimento alardeado pela construção de Garabi-Panambi não passa de uma mentira. Segundo ela, as barragens não são construídas para atender à população local, mas, sim, para atingir as metas do capital estrangeiro. "Que desenvolvimento é esse, afinal, que não contempla os moradores da região? Que explora e expulsa as pessoas sem dar contrapartidas?", questiona. Tereza, que garante sua renda como pescadora nas águas do Uruguai, diz que, com a eventual construção das hidrelétricas, serão as mulheres, particularmente, as mais atingidas. Em primeiro lugar, frisa ela, porque os títulos das propriedades nunca estão no nome das mulheres. "Sempre estão no nome dos homens. Então, nós, mulheres, nos processos de desapropriação, nunca somos consideradas 'atingidas'", aponta.

Moradora do município de Alecrim, Tereza salienta que, no acidentado percurso que irá

desembocar na instalação das barragens, as mulheres são afetadas de diferentes (e desiguais) maneiras. A começar pelo fato de serem alienadas dos processos decisórios. "Todas as deliberações relativas à construção de hidrelétricas são feitas à revelia da participação feminina", critica.

A coordenadora do MAB explica que a construção de barragens implica no deslocamento de grande contingente de trabalhadores de diversas partes do país e na formação de uma cultura de violência contra as mulheres da região. Os estupros e a disseminação de doenças sexualmente transmissíveis são recorrentes, registra. "Pelo histórico das outras barragens, sabemos que, junto das empresas de construção, vêm os prostíbulos. Muitos trabalhadores tomam-se frequentadores desses locais e, dessa forma, acabam levando doenças para suas esposas, em casa", observa a pescadora. As empresas responsáveis pelos projetos das hidrelétricas e o poder público, pondera ela, nunca promoveram campanhas de prevenção.



Decisões relativas à construção de usinas excluem as mulheres, aponta liderança

Inviável por natureza

Há mais de dez anos, o estudo denominado Frag-Rio, desenvolvido pelas universidades federais de Santa Maria (UFSM) e do Pampa (Unipampa), analisa a viabilidade da instalação de usinas hidrelétricas da Bacia do Rio Uruguai.

Rafael Cabral Cruz, doutor em Ecologia e coordenador do projeto, é bastante assertivo ao afirmar que não seria recomendável, na região da Bacia do Uruguai, a implantação de mais represas. Ao construir-se uma barragem, desvenda Cruz, põe-se em jogo não só o equilíbrio local devido à inundação de áreas produtivas e urbanas, mas também a biodiversidade. "Qualquer que seja o tamanho da barragem, sem-

pre serão obras que acarretarão grande impacto socioambiental", resume.

Os danos provocados por esses projetos de geração de energia são potencializados pela fragilidade das águas resultantes do agressivo modelo de produção praticado pelo agronegócio. Os rios que compõem a Bacia do Uruguai, subdividida em dez unidades hidrográficas, afirma Rafael, recebem vultuosas cargas de esgoto animal. "Esses rios, às margens dos quais operam as agropecuárias, levam enormes quantidades de dejetos para dentro dos lagos. Dessa forma, a qualidade da água destinada ao consumo humano fica bastante comprometida", alerta.

Foto: Marcos Carlucci/Divulgação



Apesar do alerta dos pesquisadores, projetos avançam na região

Fragilidades dos rios Negro e Turvo

Foto: Paulo Brack/Divulgação



Parque Estadual do Turvo, manancial ameaçado pelo Complexo Hidrelétrico Binacional Garabi-Panambi

A unidade hidrográfica do Rio Negro, que integra a Bacia do Rio Uruguai, é a única que, saindo do Brasil e desembocando no Tacuarembó, localizado ao norte do Uruguai, pode ser considerada internacional. As fragilidades do rio mais pobre da região em recursos naturais são peculiares, destaca Felipe Sangali Dias, presidente do Comitê do Rio Negro. Ele defende a construção de estruturas para armazenamento hídrico a fim de assegurar o déficit hídrico e o abastecimento público de água. A chamada "reservação de água", diz, é crucial para manter o Rio Negro preservado. "Com mais reservatórios, precisaremos, cada

vez menos, recorrer aos limitados recursos hídricos oferecidos pelo rio", projeta.

Já na Tríplice Unidade formada pelas bacias dos rios Turvo-Santa Rosa-Santo Cristo, para onde convergem 104 cursos d'água, a degradação é provocada pela perfuração de poços artesianos profundos sem pesquisa prévia, licenciamento ou avaliação de potencial dos aquíferos, revela Adilson Steffen, titular do comitê da Câmara Técnica de Águas Subterrâneas do Rio Uruguai. "Carecemos, por parte do órgão ambiental, de uma pesquisa aprofundada. Só assim poderemos apostar nessa fonte de água, literalmente, subterrânea", ressalta.

Veja como é fácil dar uma aula de cidadania

Com a ajuda dos professores, o Sinpro/RS distribui cestas básicas e produtos de higiene pessoal. A vida está difícil para todo mundo, mas mesmo com uma pequena contribuição, você pode fazer uma grande diferença na vida de quem mais precisa.

Chave PIX para doação: 51997337506

saiba mais em www.sinprors.org.br

Professores SOLIDÁRIOS
Sinpro/RS - Sindicato dos Professores



Sindicatos dos professores levam resoluções ao Sinepe

Uma síntese das manifestações de professores do ensino privado durante Seminário sobre as perspectivas da educação superior deverá nortear a agenda dos sindicatos nas negociações coletivas a partir de março de 2022. O documento destaca o compromisso com a qualidade do ensino e a necessidade de reposição da inflação no valor da hora-aula

No início de novembro, o Sinpro/RS, o Sinpro Caxias e o Sinpro Noroeste encaminharam ao sindicato das instituições de ensino privado (Sinepe/RS) as resoluções do Seminário *Cenário Econômico e Educacional Brasileiro e as perspectivas da Educação Superior*, realizado em outubro. O documento sintetiza as manifestações de professores das instituições de ensino que participaram do debate e será encaminhado também ao Sindicato das Mantenedoras das Instituições Comunitárias (Sindiman).

A agenda, que deverá nortear as negociações coletivas dos professores do ensino privado a partir de março de 2022, destaca o compromisso com a qualidade do ensino e a necessidade de reposição da inflação no valor da hora-aula.

Realizado de forma virtual no dia 23 de outubro, o Seminário proporcionou aos professores do ensino privado análises sobre a conjuntura

econômica e educacional e os impactos da crise no setor educacional.

A análise conjuntural foi apresentada pelo economista do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) Paulo Jäger, que destacou os reflexos do baixo desempenho da economia, da alta da taxa de juros e do descontrole de preços, especialmente dos combustíveis, na renda dos trabalhadores.

Heitor Strogulski, diretor da consultoria educacional *Flamingo Edu*, apresentou o cenário da educação superior no país e no estado desde a pré-pandemia, e ressaltou os desafios enfrentados pelos professores diante da retomada da presencialidade e da reformulação curricular promovida pelas IES. "A educação não se mantém com menos professores", concluiu.

A pauta dos sindicatos sistematizou as proposições dos professores vinculados às diversas



Foto: Igor Sperotto

Aula semipresencial na Unisinos: o retorno a todas as atividades nas IES é uma das preocupações manifestadas pelos docentes em seminário

IES que se manifestaram no evento, a exemplo da importância de um compromisso do poder público, das instituições de ensino, dos sindicatos e da própria categoria com a qualidade do ensino.

A categoria espera que as instituições, no âmbito dos espaços institucionais e na interlocução com as representações dos docentes, oportunizem e valorizem as suas contribuições na definição das políticas e iniciativas para o enfrentamento da crise.

Além disso, os professores salientaram a necessidade de uma definição por parte das instituições sobre a utilização e destinação dos seus espaços físicos, face à redução do número de alunos, de modo a potencializarem suas receitas.

A retomada do ensino presencial também foi enfatizada pelos docentes como uma prioridade para o ensino superior. Eles manifestaram a expectativa de retomada de todas

as atividades acadêmicas nas universidades e nos centros universitários do estado com todos os protocolos de segurança anticovid.

FÓRUM – O Seminário foi marcado, ainda, pelo lançamento do Fórum da Educação Superior, que, a partir de conteúdos opinativos e informativos produzidos pelos sindicatos de professores, será um espaço de debate sobre a problemática do segmento. No Fórum, serão sistematizadas informações, análises e discussões sobre a realidade e as perspectivas da educação superior, a empregabilidade e as condições de trabalho e remuneração dos professores.

O espaço também visa a construir um ambiente de debates para dar suporte à ação negociada dos sindicatos com as representações patronais e com as instituições, dar visibilidade e compreensão sobre o nível educacional mais impactado pela crise econômica e pela falta de políticas públicas.

PANDEMIA

Pesquisa avalia impactos no trabalho e na saúde dos professores

Docentes de todas as redes de ensino do país participam do estudo "As transformações provocadas pela pandemia do novo coronavírus no trabalho e na saúde mental dos docentes", que irá apresentar um diagnóstico sobre as transformações nas relações de trabalho, na prática docente e na saúde após a crise sanitária.

A coleta de informações por meio de formulário virtual foi realizada de 1º a 31 de outubro e as respostas estão em fase de análise.

Ao todo, 2.454 professores de diferentes níveis de ensino responderam à pesquisa, que conta com o apoio do Sinpro/RS. Os resultados serão apresentados no início do ano letivo de 2022.

"A participação dos professores do ensino privado do Rio Grande do Sul nesta pesquisa contribuirá muito para que possamos ter uma melhor compreensão sobre o impacto da pandemia no trabalho e na saúde dos professores de todos os níveis de ensino", explica a pro-

fessora Carmem Giongo (Fevale/Ufrgs), que integra a coordenação da pesquisa.

O trabalho é coordenado também pelas professoras Karine Vanessa Perez (UQAM/Unisc) e Ma. Ariana Celis Alcântara (PUC/SP) e pelos professores Bruno Chapadeiro (Umesp), Paulo Wunsch e Gregório Grisa (IFRS/BG).

Além do Sinpro/RS, a iniciativa tem o apoio do Cpers, Apeoesp, Grupo Saúde dos Professores do ABC, Procuradoria Regional do

Ministério do Trabalho da 2ª Região, Centros de Referência de Saúde do Trabalhador (Cerest São Paulo e ABC), Sindicatos e Vigilância Sanitária do ABC.

"O Núcleo de Estudos da Saúde dos Professores (Nesp), do Sinpro/RS, acompanhará o cronograma da pesquisa junto aos pesquisadores para, após os resultados, pensar estratégias que vão ao encontro das necessidades apresentadas", observa Sani Cardon, diretor do Sinpro/RS.

Prêmio Educação RS 2021 reconhece compromisso com a educação e a cidadania durante a pandemia

Na data em que se comemora o Dia do Professor, 15 de outubro, os vencedores do Prêmio Educação RS 2021 receberam o troféu *Pena Libertária*, em cerimônia especial realizada de forma virtual e presencial, em Porto Alegre. Os laureados foram escolhidos pelos mais de 20 mil docentes associados ao Sinpro/RS.

Neste ano, foram mais de 100 indicações feitas e avaliadas pela Comissão Julgadora da premiação. A seleção dos três finalistas em cada categoria levou em conta critérios como o compromisso com a educação de qualidade durante a pandemia de coronavírus, o desenvolvimento da cidadania e o acesso ao conhecimento.

Foram vencedores o professor e pesquisador da Feevale, de Novo Hamburgo, Fernando Rosado Spilki, na categoria Profissional; a Escola Municipal de educação Infantil Ilha da Pintada, na categoria Instituição; e O Rio da Vida: herança, memória e reencontro, da Escola Municipal de Ensino Médio Emilio Meyer, de Porto Alegre, na categoria Projeto.

“São 24 anos tirando do anonimato aqueles que acreditam e fazem da educação sua arma de resistência e transformação da sociedade. São professores, educadores, poetas, pesquisadores, cientistas, ONGs, escolas, instituições, pais, avós, alunos, filhos, cidadãos em busca do sonho de uma educação de qualidade e de um mundo melhor”, destacou Margot Andras, diretora do Sinpro/RS.

“Nós não teríamos como realizar esse evento, vacinados, sem a ciência, sem o conhecimento. Precisamos brigar cada vez mais pelo nosso espaço de fazer isso, levar as pessoas ao conhecimento”, defendeu Spilki na premiação.

“Esse reconhecimento valoriza a inovação na educação. É um momento muito emocionante para nós”, ressaltou a professora Cláudia Martins, do projeto Rio da Vida. Da mesma forma, as integrantes da Escola Ilha da Pintada também demonstraram gratidão.

O membro da Comissão Julgadora e integrante do Conselho Estadual de Cultura, Cristiano Goldschmidt, destacou que, em uma conjuntura como a atual de desvalorização dos professores e da educação, é preciso reconhecer e comemorar a grandeza do Prêmio Educação RS. “Identificar e reconhecer professores, professoras, instituições de ensino e projetos que se dedicam a mudar a realidade da educação brasileira, fomentando e gerando conhecimento, é algo que poucas instituições estão dispostas a fazer”, afirmou.

Desde a primeira edição do Prêmio Educação RS, foram laureados 23 profissionais, 26 projetos e 23 instituições, além de menções honrosas em ocasiões especiais.



Premiação completou 24 anos reconhecendo aqueles que acreditam na educação como forma de resistência e transformação da sociedade, destacou Margot



O professor e pesquisador da Feevale, Fernando Spilki, premiado na categoria profissional



Rodrigo Perla, diretor do Sinpro/RS, e as representantes das escolas agraciadas nas categorias Instituição e Projeto

Urcamp: Professores se posicionam contra alterações contratuais

Os professores da Universidade da Região da Campanha (Urcamp) se posicionaram de forma categórica contra as alterações que a instituição pretende fazer nos contratos de trabalho e que foram cogitadas pela Reitoria em reuniões com o Sinpro/RS.

A posição contrária à retirada de direitos foi manifestada pelos professores em reunião virtual convocada pelo Sindicato, realizada no dia 4 de novembro, que registrou a presença de mais de 40% dos docentes. Contando com

a mais expressiva participação ao longo do extenso histórico de crise da instituição, o encontro foi marcado por fortes manifestações contrárias à intenção da Reitoria de revisar variáveis que compõem os contratos de trabalho, como os adicionais de aprimoramento acadêmico e por tempo de serviço.

No entendimento dos professores, o aprofundamento da crise da Urcamp se deve a problemas administrativos e não passa pela contratualidade da categoria. Desde o ano passado, a institui-

ção vem enfrentando, mais uma vez, dificuldades financeiras que provocaram o descumprimento de acordos coletivos com os professores. Em 2020, o Sinpro/RS realizou o mais longo processo de negociação com a Reitoria, o qual resultou em quatro acordos, atualmente colocados em xeque.

PENDÊNCIAS – A Urcamp mantém pendentes de pagamento o terço constitucional de férias de 2020 e 2021 que foram objeto de acordos anteriores e, também, o reajuste previsto para junho e

agosto deste ano, de acordo com a Convenção Coletiva com o Sindiman.

No processo de negociação, no final de outubro a Urcamp apresentou o montante dos valores já pendentes e referiu a incapacidade de honrar o reajuste acordado pelo Sindiman ou quitar as pendências em curto prazo. A Reitoria referiu que a redução do número de alunos e de receitas exige medidas mais drásticas, o que passaria pela revisão das condições contratuais dos professores.

APOSENTADORIA

por Daisson Portanova
Advogado da Apaepers



Outubro Rosa, direitos em face aos benefícios previdenciários

Neste período em que passamos a fase mais aguda da pandemia, ficou claro que a ciência e as experiências científicas ultrapassaram o negacionismo. Da mesma forma, mostrou-se, através do SUS, que o Estado deve, sim, ser interventor em determinadas áreas sensíveis da sociedade. Ficou nítido o imperativo valor social da saúde, quanto mais no momento de agravamento da pobreza, majoração do estado de miserabilidade e da gradual redução protetiva de direitos sociais.

Vivemos no final do século 20 outra calamidade em que o HIV corria a vida social e dos cidadãos, tendo no sistema universal de saúde a garantia de estabilização da doença e alcance da dignidade humana aos cidadãos, dando-lhes condições de vida e trabalho.

Algumas barreiras ainda são intransponíveis, por isso o destaque para o "Outubro Rosa", estigma que deve ser tratado como "Todo Ano Rosa". Eis que a luta contra esta doença ainda parece infinita, mesmo com a evolução da medicina.

Nessa mesma seara evolutiva, o direito deve acompanhar a proteção aos trabalhadores acometidos de cânceres os mais diversos.

Não por isso que a Lei, mesmo que interpretada de forma literal, reconhece distinção de direitos para estes trabalhadores, em especial às trabalhadoras, acometidos dessa doença.

O primeiro aspecto no âmbito previdenciário a ser tratado é o acesso aos benefícios do sistema sem exigência de carência para tanto (Art. 26, II).

Eventualmente concedido o benefício, seja por incapacidade temporária ou permanente, há também a isenção do Imposto de Renda para esses beneficiários. Não raro ocorre que a neoplasia acometa o trabalhador após este estar aposentado, da mesma maneira, comprovada a doença, o benefício recebido – independentemente de estar vinculado à doença – também será isento.

Muitas vezes, a doença em si pode não incapacitar o trabalhador face a sua menor gravidade, seu controle e com eventual retirada do tumor, garantindo condições laborais, ou mesmo que essa limitação não lhe reduza a capacidade laboral. Entretanto, há consequências psicológicas que devem ser analisadas, em especial quando se tratar de situações deveras invasivas, ultrapassando a simples análise da doença em si. Não raro, nos deparamos com as sequelas psíquicas, síndromes como a do pânico, cujo descompasso ao convívio social e laboral afeta as condições de convívio coletivo.

Essas situações, com frequência, são deixadas ao largo do debate sobre a capacidade ou não de cumprir o mister laboral, podendo ser, em decorrência das doenças associadas ou não, fonte do direito ao benefício por incapacidade.

Veja-se mais: se ao trabalhador for deferido um benefício por incapacidade temporária, havendo plano de saúde coletivo, deverá o empregador manter as mesmas condições de proteção e fica obrigado também a manter o plano enquanto perdurar o benefício.

Para além da tutela previdenciária, esses trabalhadores acometidos da doença detêm a possibilidade de sacar o FGTS em sua integralidade. Situações locais também são tratadas em legislações estaduais, podendo ter acesso a programas sociais específicos.

No âmbito do acesso à justiça, assim como idosos, trabalhadores acometidos do câncer possuem prioridade de tramitação dos processos.

Por fim, é certo que há necessidade de ampliar proteções ao trabalhador acometido de doenças graves, impondo-se cada vez mais a necessária discussão sobre o tema e o alerta aos legislados, atuais e futuros, pois não há uma perspectiva imediata para solver o câncer em todas as suas espécies e todos os problemas afins.

SINPRO/RS
Cartão do associado

0000100 10.2022
Matrícula Validade

SINPRO VANTAGEM
Rede de descontos

Só quem é sócio tem um cartão que você usa, precisa e economiza.

Baixe o App do Sinpro/RS ou confira no site sinpro.org.br/vantagem a relação completa de descontos nas empresas parceiras.

SINPRO/RS
VOCÊ USA, VOCÊ PRECISA
SINDICALIZE-SE!

Dia dos Professores marcou reencontro presencial



Foto: Igor Sperotto

Jantar dos Professores em Porto Alegre

O mês de outubro marcou as comemorações do Dia do Professor, promovidas pela Sede Estadual e regionais do Sinpro/RS. Além do tradicional Jantar dos Professores, em Porto Alegre, no dia 16 de outubro, ocorreram encontros especiais com esses profissionais em diferentes datas e regiões, além da entrega de brindes para os docentes associados.

As atividades voltaram a ocorrer em 2021 após a vacinação e autorização dos órgãos competentes e contaram com a presença de boa parte da categoria, mantendo o distanciamento e controle sanitário exigido pelas autoridades. Na capital, o Jantar, realizado na Sociedade Germânia, teve todos os ingressos vendidos.

“Foi muito importante ver a adesão dos professores, após um ano tão intenso e difícil como este último. Foi um momento de comemoração para uma categoria tão exigida durante a pandemia”, ressalta Glória Bittencourt, diretora do Sinpro/RS. No interior do estado não foi diferente. Associados e seus familiares participaram em grande número das ações promovidas.

Em Erechim, o Villa Trenti foi o local das comemorações. Em Santo Ângelo, um almoço no Restaurante Almanara, reuniu os professores. Em Rio Grande, um jantar na Galeteria da Nonna marcou a data. Em São Leopoldo e região, os docentes comemoraram em diferentes datas e locais.

Já em Bagé, nas instituições em que foi autorizado, seguindo os protocolos de prevenção à covid-19, foi oferecida uma torta aos professores, na hora dos intervalos. Em Passo Fundo, foram produzidos brindes especiais que foram entregues aos docentes em visita às instituições.

PROFESSORES SOLIDÁRIOS

Coleta de doações

A Campanha Professores Solidários segue recebendo doações para a destinação de cestas básicas para famílias e comunidades carentes. Ao todo, foram mais de 700 cestas básicas entregues; contudo, com o final do ano se aproximando, os pedidos por alimento tendem a aumentar.

“Temos percebido uma queda no número de doações, o que nos preocupa pois são famílias que podem deixar de ser atendidas”, explica Patrícia Carvalho, diretora do Sinpro/RS.

COMO DOAR – As doações podem ser feitas por transferência bancária ou PIX, sem custo adicional. Todo o valor recebido é direcionado para a compra de cestas básicas que serão destinadas para pessoas carentes em todo o estado.

Chave PIX – 51.997337.506 (Banrisul | Banco 041 | Agência: 0100 | Conta corrente: 06.253.0242-2 | CNPJ Sinpro/RS: 92.948.389/0001-10).

Rosa e Azul e a atividade física

Movimentos importantes

Anualmente, os meses de outubro e novembro enfatizam a importância dos exames preventivos do câncer de mama e da próstata, respectivamente, para mulheres e homens adultos. Ambos os movimentos são mundiais e com objetivos similares: prevenção e autocuidado.

Sedentarismo e obesidade:

O que eles têm a ver com o Outubro Rosa e o Novembro Azul?

Muita coisa! Estar acima do peso e não praticar atividades físicas estão associados à probabilidade de desenvolver diversos tipos de problemas de saúde, incluindo câncer.

Bourke et al (2013), em uma revisão da Cochrane, afirmam que a maioria dos indivíduos com câncer é sedentários ou não ativos, e que diversas meta-análises e ensaios clínicos randomizados para promoção da atividade física e exercício têm sido realizados, com resultados positivos na melhora da qualidade de vida dos pacientes, assim como redução da fadiga, melhora das capacidades funcional e psicológica e diminuição do risco de morte pelo câncer.

Nosso herói: exercício físico!

Para elas:

O exercício físico (EF) reduz o risco de câncer de mama através da redução dos níveis de estrogênios circulantes, devido à diminuição do tecido adiposo e melhora da sensibilidade à insulina, além de reduzir os níveis de insulina no jejum.

Para eles:

A Johns Hopkins Medicine, localizada em Baltimore, EUA, desenvolveu novas pesquisas afirmando o poder da atividade física no combate ao câncer de próstata. Segundo o urologista Michael Hiroshi, esportistas que são regulares no ritmo de treino têm menor chance de desenvolver câncer de próstata.

Benefícios dos exercícios regulares para todos

- Controle do peso corporal
- Nos distanciam do tabagismo e do álcool
- Reduzem os níveis de estresse e depressão com a liberação das endorfinas
- Diminuem os processos inflamatórios
- Estimulam os processos de reparação celular e a função imunológica.

Em suma, a atividade física atua na prevenção de diversas enfermidades e entre elas, o câncer.



Aulas on-line

Em parceria com a Unimed Porto Alegre, oportunizamos uma grade semanal de atividades físicas on-line, totalmente gratuita. Acesse e se inscreva: www.unimedpoa.com.br/blogviverbem/agenda

MOVE – Grupo de Corrida e Caminhada (em POA)
www.sinpro.rs.org.br/saude/grupo-de-caminhada-e-corrída/

Tem mais!!!

A Plataforma SOMOS MOVE – uma plataforma digital de videoaulas de muitas atividades físicas e treinos, receitas e planos alimentares e muito mais. Tudo isso no seu celular ou desktop!

É livre e gratuita para os associados e dependentes do Sinpro/RS. Acesse e faça seu cadastro.

www.sinpro.rs.org.br/saude/saude-do-professor/

SINPRO/RS ajuda você a construir um estilo de vida positivo.





Michele e os rinocerontes

A radicalização protofascista nas redes sociais usa várias técnicas, como mudar o conceito sobre a margem de aceitação das posições políticas pela opinião pública

Foto: Julian Mommert/Divulgação



Eugène Ionescu, dramaturgo nascido na Romênia, mas criado na França, foi um dos grandes nomes, ao lado de Beckett e Genet, do chamado *Teatro do Absurdo*. Uma das suas peças chama-se *O Rinoceronte* (*Rhinocéros*, 1959), uma sátira ao nazismo, mas que pode ser compreendida, também, como uma crítica ao colaboracionismo, uma das páginas mais lamentáveis da história francesa.

O enredo se situa em uma cidade pacata surpreendida com a presença de um desafiador rinoceronte. O animal, tão deslocado de seu habitat natural, circula livremente, despertando a curiosidade dos residentes. Na primeira cena, as pessoas dizem: "Oh! Um rinoceronte", enquanto o bicho corre pelas ruas, fazendo um barulho infernal e levantando nuvens de poeira. Uma dona de casa diz: "E essa agora!", e a garçoneite exclama: "Essa é boa!". Os comentários seguem e o rinoceronte já vai longe. Um dos personagens diz: "Deveríamos protestar junto às autoridades municipais! Afinal, para que servem as autoridades municipais?".

A conversa prossegue em torno de banalidades até que um rinoceronte, em sentido contrário ao primeiro, passa em grande velocidade pela rua (seria o mesmo?). Novamente os "Oh! Um rinoceronte" são ouvidos, mas, agora, uma

mulher chora pela morte de seu gatinho esmagado pelos cascos do animal. Segue um debate sobre se o rinoceronte que viram é do tipo africano ou asiático, se tem um corno ou dois. Os residentes relativizam as aparições, dizendo coisas como: "Eles não atacam", "Se os deixarmos em paz, eles irão nos ignorar". O fato é que, paulatinamente, os moradores estão se transformando em rinocerontes. Depois que o processo se torna perceptível, se fala em uma doença, a "rinocerontite". "Como é possível uma coisa destas, num país civilizado...?", se questiona um dos residentes.

Bérenger, o herói da peça, é um lúcido homem do povo. Ele chama atenção para a circunstância de que, se o fenômeno tivesse ocorrido em um outro país, seria possível discutir calmamente sobre o assunto, organizar seminários, etc, mas eles estão "diante da realidade brutal dos fatos". "Lá estão eles de novo! Ah! não há nada a fazer, não consigo me habituar. Talvez seja errado, mas eles me preocupam a tal ponto que não consigo dormir", diz. Já o personagem Dudard anuncia que se acostumou com os rinocerontes, não sem antes justificar: "Eu não digo que seja um bem, evidentemente. E não pense que tomo partido pelos rinocerontes".

Michele Prado, autora de um estudo muito importante sobre a

construção do discurso da extrema-direita (*Tempestade Ideológica, Bolsonarismo, a alt-right e o populismo iliberal no Brasil* – Ed. Lux, 2021, 286 p.), lembrou dessa peça para descrever o fenômeno da radicalização protofascista nas redes sociais que usa várias técnicas, entre elas a de mover a "Janela de Overton".

O conceito denota a margem de aceitação das posições políticas pela opinião pública. No caso do bolsonarismo, a tática opera nas duas pontas: pela primeira, as posições divergentes são situadas como "comunistas" – incluindo aquelas de liberais e de lideranças conservadoras clássicas. Assim, por exemplo, Angela Merkel é apresentada como uma "esquerdista" e não como a qualificada líder da União Demócrata Cristã, um partido de centro-direita. Na outra ponta, autores e lideranças abertamente fascistas são apresentados como "conservadores", como Jack Posobiec (trumpista apoiador de sites nazistas e que reproduziu a teoria conspiratória do *Pizzagate*), Richard Spencer (supremacista que saudava Trump com o grito "Heil, Trump!") e Mike Cernovich (jornalista conhecido por suas posições misóginas). Nesse caminho, a Janela se desloca para a extrema-direita, ampliando-se os limites para a aceitação do absurdo.

O livro de Michele Prado é uma

produção independente que só pode ser adquirido pela Internet. Poucas coisas que li sobre os movimentos de extrema-direita no mundo e sobre o bolsonarismo, em particular, foram tão importantes quanto esse trabalho. Michele se define como "da direita liberal" e é alguém que frequentou, ao início das articulações da nova direita no Brasil, espaços onde o bolsonarismo seria criado. Seu livro sintetiza, assim, dois movimentos: o espanto de quem esteve no "ovo da serpente" e percebeu o que as articulações na Internet estavam produzindo e a decisão de estudar o fenômeno e realizar a mais completa revisão teórica sobre o tema já feita até agora em língua portuguesa.

Michele percebeu os desafios do enfrentamento ao que denomina de "rinocerização" da política brasileira, coisa que ainda está longe de ser compreendida por muitos dos analistas e das referências políticas nacionais. Ao final de seu trabalho, ela cita o estudo de Kyle e Mounk (2018), o qual identificou que líderes populistas têm quase cinco vezes mais probabilidades de se manterem em seus cargos por mais de 10 anos, sendo que apenas 34% deles entregam o poder por conta de uma derrota eleitoral, o que, se pensarmos na ferocidade dos rinocerontes por aqui, são dados ainda mais assustadores.

Foto: MuseCom/ Divulgação



Era uma vez uma fábrica de discos

(parte 2)

por César Fraga

O acervo da *A Elétrica*, pioneira gravadora de Porto Alegre e da América Latina, está disponível pela primeira vez em plataforma digital on-line. E não é no Spotify, nem no Itunes ou Deezer, mas sim de forma gratuita no Museu de Comunicação Hipólito José da Costa (MuseCom) e com vários trechos on-line na web.

Trata-se do Catálogo *Casa Elétrica Digital*, que apresenta a história da gravadora e uma coleção de 120 exemplares de discos fabricados por ela sob o selo *Disco Gaúcho*. Ao todo, a gravadora produziu, ao longo de 10 anos, mais de mil discos, gravados e prensados em suas instalações.

Foram gravações pesquisadas durante anos e que não podiam ser escutadas, nem por pesquisadores nem pelo público em geral. Só que, para entender quando começa essa história, é preciso recuar pouco mais de um século no tempo.

Era uma vez... uma Porto Alegre com menos de 80 mil habitantes. O ano era 1913. O Corpo de Bombeiros e as primeiras viaturas eram instalados na capital. Circulavam os primeiros automóveis, com limite de 10 km por hora no Centro e 15 km na área dos subúrbios, conforme a norma de trânsito



Porto Alegre entre 1908 e 1913: Rua dos Andradas

to vigente. As ruas e avenidas ganhavam o primeiro calçamento. O Sport Club Internacional venceria o seu primeiro Grenal – o primeiro foi em 1909 – e começaria aí a rivalidade, hoje histórica.

O Mercado Público teve seu segundo piso concluído. O porto e as estações férreas eram os principais pontos de chegadas e partidas da capital dos gaúchos – as estradas só se modernizariam bem depois dos anos 1930 e eram consideradas arriscadas.

Em meados de 1908, já havia se iniciado a circulação de

37 bondes elétricos de um e dois andares, adquiridos na Inglaterra e pertencentes à Companhia de Força e Luz Portoalegrense (formada pela Companhia Carris de Ferro Portoalegrense). Eles ligavam o que hoje chamamos de Centro Histórico aos bairros Menino Deus, Teresópolis, Partenon e Glória. A iluminação pública dos bairros era fornecida pela Usina Elétrica Municipal.

A partir do controle da eletricidade, as novas tecnologias da época mudavam radicalmente a forma de as pessoas viverem, se transportarem e se divertirem. A eletricidade, por exemplo, também levou os filmes, ainda mudos, para os teatros. Nas primeiras décadas do século 20, a cidade chegou a ter 60 cinemas 'de calçada', um deles com mais de 2,5 mil lugares. Aos poucos, levava também, para quem podia pagar, além de lâmpadas, música.

Hoje, basta instalar um aplicativo no celular para ter acesso a quase toda produção fonográfica mundial. Se uma coleção de milhões de músicas cabe no bolso de qualquer um que use um smartphone, antes de serem inventados os primeiros *players*, ou compravam-se partituras para tocar em casa ou consumia-se música ao vivo.

É bem verdade que o fonógrafo de Thomas Edison foi inventado

bem antes, nos tempos de Dom Pedro II, e com um cilindro no lugar de um disco. Mas foi no começo do século 19 e na virada para o 20, quando o alemão Emile-Berliner trocou o cilindro pelo disco plano e popularizou o gramofone, que o toca-discos, como conhecemos nos dias atuais, mudou o hábito de consumir música, levando-a dos auditórios e saraus para dentro de casa. O rádio só viria a partir dos anos 1920.

Com isso, os primeiros locais de gravações, espalhados pelo mundo, passaram a realizar registros elétricos em discos (em escala industrial) para que as pessoas pudessem ouvir música sem a necessidade da presença ao vivo do artista. Parte dessa história ocorreu em Porto Alegre, na fábrica de discos e gravadora *A Elétrica*, cujo selo *Disco Gaúcho* marcou época e chegou a ser a segunda mais importante gravadora e fábrica de discos da América Latina.

Foi, portanto, nesse cenário de modernidade típico da segunda Revolução Industrial que, no Bairro Glória – onde se chegava de bonde elétrico –, dois irmãos imigrantes italianos tiveram a ideia de fundar uma fábrica de discos. *A Elétrica* foi instalada no antigo número 9, hoje 220, da Avenida Sergipe, onde funcionou por dez anos, a partir de 1913.



Departamento de banho de galvanoplastia da Casa A Elétrica

Os irmãos Leonetti, segundo Vedana

Conforme um dos importantes pesquisadores desta história, Hardy Vedana, falecido em 2009, em depoimento ao *Extra Classe* em 2006 e publicado em 2007, dois irmãos italianos (calabreses), Savério e Emílio Leonetti, fundaram a gravadora, um deles teria tirado a virgindade de uma moça em seu país natal e ambos vieram fugidos para a América. Este caso apócrifo não consta no livro *A Electrica e os Discos Gaúchos*, de 252 páginas, lançado por Hardy em 2006, o qual remonta a história dos dois pioneiros do disco. O relato de Ve-

dana é extraoficial, pois, apesar de rocambolesco, nunca conseguiu a comprovação dessa história, que lhe foi contada oralmente e envolvia até a máfia (os pais da moça).

Ambiciosos, com vinte e poucos anos e algum dinheiro –, passaram antes por Nova Iorque e Buenos Aires – e, posteriormente, montaram em Porto Alegre, primeiro uma loja no Centro da cidade e, por fim, uma fábrica de discos planos, feitos de cera (goma laca), e que chegou a registrar não apenas a música feita no Rio Grande do Sul, mas também artistas de São Paulo, de Montevideu e de Buenos Aires. O próprio Carlos Gardel, lenda do tango mundial, conforme Vedana, teria feito registros sonoros por ali. Em 2011, seu acervo foi doado ao MuseCom e ficou lá, parado por anos e sem o devido acondicionamento e atenção.

A *Electrica* tornou-se uma fábrica de discos, sendo “a segunda gravadora com fábrica própria da América Latina”, segundo o músico e pesquisador Arthur de Faria em sua obra *Porto Alegre: uma Biografia Musical*, de 2017.

A partir daí, *A Electrica* se consolidaria no ramo da fabricação de discos e gramofones, primeiramente em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, e em alguns estados vizi-

Foto: Igor Sperotto



Graças a Vedana, o prédio onde funcionava a fábrica foi tombado, mas permanece em total abandono. O sonho de Hardy era que ali funcionasse uma espécie de museu da imagem e do som. Tempos depois, conquistaria também o centro do Brasil e, por causa da proximidade, países como Argentina e Uruguai – os quais não possuíam nenhuma fábrica prensadora de discos à época.

A *Casa A Electrica* operou até 1923, constituindo um catálogo de 3.500 lançamentos (de acordo com Hardy Vedana), número expressivo para a ocasião. Não há uma “versão oficial” sobre o motivo da falência, apenas duas hipóteses são levantadas pelos pesquisadores: a crise mundial causada pelo pós-guerra (1ª Grande Guer-

ra), a qual se abateu também na economia do Rio Grande do Sul, e também o “espírito perdulário” de Leonetti, que gastava além do que recebia. Fala-se também em uma querela existente com os irmãos Hartlieb, donos da Casa Hartlieb, localizada em Porto Alegre. Vendiam e arrumavam instrumentos musicais, publicavam partituras e comercializavam discos e fonógrafos de várias fábricas.

Depois do fechamento da *Casa A Electrica*, em 1923, o Rio Grande do Sul ficaria 40 anos sem produzir discos. Mas aí já é outra história.



Foto: Taina Menezes/Arquivo Extra Classe

Com metade dos discos digitalizados, pelo menos 60 eram do acervo doado de Hardy Vedana ao MuseCom, em 2011

PLANEJE SEUS SONHOS.
contribuições flexíveis para você criar o seu futuro.

SINPRORS
PREVIDÊNCIA

INGRESSE AGORA
(51) 99335. 2387
www.sinprorsprevidencia.com.br

INSTITUIDOR **SINPRO/RS**
Sindicato Cidadão

GESTOR DO PLANO **FUNDAÇÃO FAMILIA**
PREVIDÊNCIA

O projeto viabilizado

O diretor do MuseCom, Wellington Ricardo Machado da Silva, explica que, apesar de o projeto do catálogo da *Casa Elétrica Digital* ter se viabilizado durante a pandemia, já vinha de um escopo de gestão mais amplo, no sentido de “encarar as necessidades de preservação dos acervos do museu”.

Com escassez de receita específica, foi preciso usar a criatividade. Os recursos foram provenientes do Edital Criação e Formação – Diversidade das Culturas, promovido pela Fundação Marcopolo e financiado pela Secretaria de Cultura do Estado do Rio Grande do Sul (Sedac-RS) pela Lei Aldir Blanc.

A partir disso, estabeleceu-se um contato com a Pantheon Patrimônio e Cultura – parceira privada do projeto –, que se uniu ao MuseCom para promover a manutenção e a comunicação deste material. O projeto desenvolveu seis atividades/etapas para a preservação do acervo: higienização, acondicionamento adequado, digitalização, documentação fotográfica, pesquisa e publicização. A Pantheon é uma empresa de consultoria a museus, formada por três museólogas, mestres em Museologia e Patrimônio: Alahna Rosa, Kimberly Pires e Julia Jaeger.

“A gente vem construindo um olhar mais aprofundado de cada uma das nossas reservas técnicas, das nossas grandes coleções. No caso, o rádio e a fonografia, a imprensa escrita, o cinema, a

publicidade e propaganda e os tridimensionais. A gente vem, desde 2019, fazendo grandes incursões nesses espaços e verificando quais seriam os acervos de maior relevância”, explica.

“No caso do rádio e da fonografia, identificamos, dentro da nossa dimensão de guarda que é o acervo, que esses discos da *A Elétrica* possuem essa relevância. Eles são muito importantes não só para o museu, mas também são muito importantes para a comunidade que nos procura, porque são parte integrante da memória dessa gravadora, que é pioneira no Brasil e no mundo”, dimensiona.

Ao todo, são 128 discos e 189 fonogramas. 50 desses fonogramas já estão inseridos no catálogo e podem ser acessados pelo próprio catálogo na internet. Todos fonogramas podem ser consultados mecanicamente, *in loco*, no museu.

De acordo com Wellington, o MuseCom pretende concluir até o final deste ano o processo de acondicionamento desses materiais, que já estão no último lote. E, até dezembro, fazer a documentação e as fichas documentais dos fonogramas, para poder disponibilizá-los por meio de repositórios próprios de difusão. “Com isso, a pessoa não precisa agendar. Por isso queremos concluir esses detalhes até dezembro”, explica.

(Nota do Redator: Acesse o catálogo e, a partir dele, os áudios e outras informações).



Da esquerda para direita: Wellington Silva (diretor do MuseCom), Alahna Rosa (museóloga da Pantheon) e Marcos Abreu (engenheiro responsável pela digitalização e higienização dos discos)



Processo de confecção dos envelopes de acondicionamento dos discos em papel *filifold documenta* e cola *acid free*

Engenharia de áudio



Foto: Aereo Pessoni

Marcos Abreu, um dos mais experientes engenheiros de som do país, responsável por inúmeros projetos artísticos e de restauração, relata que já há muito tempo queria retomar ao material da *A Elétrica*, pelo qual possui interesse pessoal. “É um importante conteúdo sonoro que pode mostrar o que se escutava e até como

Marcos Abreu, engenheiro de som

se registravam conteúdos sonoros lá no princípio da história do som, quando eram registrados mecanicamente em uma matriz de cera. A *Casa A Elétrica*, como uma das pioneiras no Brasil na fabricação de discos, é de extrema importância para a fonografia brasileira e da América Latina, pois poucos acervos desses discos estão disponíveis e, em breve, teremos isso à disposição aqui em Porto Alegre, onde tudo isso aconteceu”, festeja.

Segundo Abreu, foi necessária a importação de agulhas especiais, vindas da Inglaterra. Outra etapa bastante complicada foi a higienização dos discos. Foram décadas de acúmulo de resíduos nos sulcos dos discos. Como eles eram feitos a partir de uma base de goma laca – material rígido de resina usado antes da era do vinil – e muitos já estavam danificados ou até quebrados, os cuidados com os produtos certos precisavam ser redobrados.

Orçamento curto e muita vontade

Alahna Rosa, da Phanteon, conta que o mais difícil foi fazer tudo com um orçamento bastante enxuto: R\$ 30 mil. “A realização do projeto surgiu a partir de uma relação que já tínhamos com o MuseCom. Quando saiu o edital, nós achamos que era uma boa possibilidade”, conta.

Conforme Alahna, o objetivo inicial era preservar o acervo de todas as formas, tanto o conteúdo dos discos quanto a materialidade. “A princípio, o Museu queria fazer isso sozinho, com compra dos equipamentos de digitalização e higienização. Mas ficamos com um pouco de receio de estar trabalhando com um material e com tecnologias que não dominávamos”, recorda.

De acordo com a museóloga, trata-se de um equipamento bastante caro, o que oneraria muito o projeto, correndo-se o risco, inclusive, “de não saber usar”. Foi quando se iniciou a procura por empresas que fizessem a digita-

lização de forma mais adequada, depois de alguns insucessos.

E foi a partir da ficha técnica do livro de Hardy Vedana, *A Elétrica*, que se chegou no engenheiro de som, o Marcos Abreu, responsável à época (2006) pela digitalização dos áudios que foram para os três CDs que acompanhavam o livro.

“Aí, conseguimos conversar com uma pessoa que realmente conhecia a materialidade e o conteúdo, sabia do riscado, e passamos a entender como funcionaria o processo, a partir do momento em que contratamos o Marcos. E, apesar do orçamento apertado, ele tinha muito interesse no projeto e se doou e temos muito a agradecer a ele. Foi uma figura essencial na realização do projeto como um todo. Então, ele fez toda a parte de higienização e digitalização”, relata Alahna.

Os principais pesquisadores utilizados no catálogo para reconstituir a história da *A Elétrica* foram Hardy Vedana, Arthur de Faria e Paixão Côrtes.

Foto: Marcos Abreu/Acervo Pessoal/Divulgação



Selo Gaúcho, dos irmãos Leonetti, principal produto da Casa A Elétrica

D3

SINPRO/RS

EXTRA CLASSE Seu antídoto para fake news

RANKING SALARIAL SALÁRIO CERTO

DIREITOS CONVÊNIO

Direitos, convênios e principais serviços do Sinpro/RS

Vai no App que têm!

Baixe o aplicativo do Sinpro/RS. É rápido, prático e cheio de vantagens.

GET IT ON Google Play

Download on the App Store



FRAGA

Boia da salvação

Quase ninguém gosta de comida de hospital. Eu não desgosto.

E só resolvi abordar essa disposição porque atualmente passo uma temporada num grande hospital no centro histórico. Com fome ou não, é onde faço várias refeições satisfatórias por dia.

Essa queda temporária pelo inosso nada tem de inexplicável. No meu caso, decorre do fato das papilas gustativas serem das poucas coisas sadias na minha carcaça. É a lei das compensações, que funciona à revelia do dissabor do prato. Até o pior creme compensa.

Como se chega ao hábito alimentar desprovido de gula, que dispensa sabores intensos e temperos fortes? Como nos acostumamos ao desinteressante? Só quem se interna sabe e pode entender.

Começa com um diagnóstico imperativo. Se você tem um açucareiro ou saleiro nas veias, quem paga essa conta é você, e a cobrança vem na culinária hospitalar.

Ao contrário dos restaurantes, os cardápios dum hospital são determinados pelas restrições alimentares. Em vez da volúpia do apetite, prevalece o "não pode isso, proibido aquilo". Ou você se conforma ou morre de inanição, ou daquilo que já estava lhe matando de tanto engolir o que não devia.

Depois de se curvar à imposição nutricional, vem a passividade diante da refeição. E com ela, o malabarismo com 1 grama de sal sobre o prato com legumes no vapor, um disforme purê de batata e o guisadinho sem personalidade.

Ah, que habilidades insuspeitas a gente é capaz de desenvolver com pitadinhas de sal. Só o cálculo da distribuição perfeita do sachê de sal polvilhado na comida já torna você candidato ao Nobel de Matemática. Daí se inicia inesperada sedução: seu paladar sucumbe aos vestígios do sal, e você se indaga por que consumia salinas inteiras.

Depois de aprender a realizar o milagre da multiplicação do sódio, segue-se o improvável agrado com o descorado e o inodoro, até então estados inferiores da matéria orgânica. Então, a cada almoço ou jantar, você passa a admirar as artes da cozinheira hospitalar: de quantos modos se pode picar a cenoura? Até onde vai a ressurreição da carne? Sem arroz ou massa, como suprir carboidratos? Mistérios deliciosos.

A partir do imprevisível deleite que a privação do gostoso traz, se instala na boca um paradoxo sensorial – quanto menos estímulos prazerosos, maior o prazer ao comer.

E como tudo num hospital vira rotina, acaba que você se condiciona pelo ascetismo culinário. Tanto que, ao soar o sacolejar do carrinho das bandejas no corredor, a saliva pavloviana escorre. No final da internação, você já admite: esse hospital merecia indicação no Guia Michelin!

Mas o que mais me faz apreciar comida de hospital é a comparação óbvia: nenhum cemitério serve refeições.



Ilustração: Sica



PROGRAMAÇÃO
ECARTA

A agenda completa
em ecarta.org.br
e 51. 4009.2971

SHOWS

Transmitidos pelo *Youtube* | 18h



Foto: Ageu da Rocha

13/11 – Sérgio Rojas apresenta *Atemporal*.

Local: na sede da Fundação Ecarta (Avenida João Pessoa, 943, Porto Alegre) – com a participação de, no máximo, 20 pessoas por ordem de chegada (É obrigatório o uso de máscara e a apresentação do passaporte vacinal); com transmissão ao vivo pelo canal da Fundação Ecarta no Youtube.

ARTES VISUAIS

Porto Alegre | Entrada franca



Foto: Igor Sperotto

Até 14/11 – *O Romance Morreu*, da artista Ana Júlia Vilela, com curadoria de Chico Soll
Visitação: De terça a domingo, das 10h às 18h, com a aplicação de todos os protocolos de segurança, estabelecidos pelos órgãos competentes.

Local: Galeria Ecarta (Av. João Pessoa, 943, Porto Alegre) e canal da Fundação Ecarta no Youtube.

20/11 – Inauguração da mostra *Paulo Freire 100 anos*, com obras de coletivo da Grafar, com curadoria de Eugênio Neves.

CULTURA DOADORA

9/11, 11h – *Doação de Órgãos e Transplantes*, painel com Carla Giuliani, psicóloga, Paola Eccel, enfermeira, Mayara Bitencourt, enfermeira, e Túlio Farret, médico, na empresa Bepo Componentes Automotivos, de Montenegro.

17/11, 19h – *Doação e transplante de ossos e músculos*, painel com o médico Osmar Valadão Lopes Jr, diretor técnico do Banco de Tecidos Musculoesqueléticos do Hospital São Vicente de Paulo, de Passo Fundo, e o enfermeiro Maurício Luciano Zangirolami, também do Banco de Tecidos do Hospital São Vicente de Paulo. O painel será transmitido ao vivo pelo Canal da Fundação Ecarta no Youtube.



VERISSIMO

Os mil anos

Conseguimos evitar a guerra nuclear, uma cura para o câncer é iminente e todo dia aparece um sabor novo de picolé – mas, às vezes, parece que estamos escorregando para o obscurantismo e a estupidez

No ano de 585 antes de Cristo, Tales, da cidade de Mileto, uma colônia grega na atual Turquia, predisse que haveria um eclipse do sol – e acertou. Duzentos anos depois, Aristóteles diria que naquele momento nasciam a ciência e a filosofia gregas. Tales chegara à sua previsão não por poderes mágicos, mas pela observação do movimento dos astros, e o que ela revelava era que havia uma ordem até então insuspeitada no cosmo. Os egípcios já haviam feito um calendário baseado nas fases da Lua mais de 2 mil anos antes de Tales. A novidade da descoberta grega era a de dar o nome de ciência à curiosidade desenfreada e a especulações sobre a origem e o futuro do mundo na ordem cósmica recém-revelada. Contemporâneos de Tales, como Anaximander e Anaximandes, tinham, cada um, sua teoria a respeito. A teoria do próprio Tales era de que a origem de tudo era uma única substância, a água. Não estava muito longe do que se sabe hoje, que a vida na Terra começou nos oceanos. De um jeito ou de outro, o eclipse previsto inaugurou uma nova maneira de pensar, baseada na observação e na lógica. E influenciou o debate sobre a convivência humana. Afinal, se a organização do universo era previsível, a organização da "polis" também poderia ser, se conduzida racionalmente.



A próxima observação astronômica consequente grega de que se tem notícia é a do filósofo ateniense Proclus, no *anno Domini* 475 – quase mil anos depois de Tales de Mileto. Não sei o que Proclus descobriu ou deduziu dos seus astros. O importante não é Proclus, são os mil anos. O que aconteceu com o que Tales parecia estar inaugurando? Aconteceu que o irracional derrotou o racional. Os mil anos entre Tales e Proclus incluíram uma recaída grega na superstição e no misticismo e num embrutecimento da vida civil, muitas vezes oculto pela exaltação feita por outros filósofos das supostas virtudes democráticas de uma sociedade escravocrata, em que as mulheres não tinham vez. Incluíram o começo do cristianismo e o crescimento do seu poder sobre vidas e mentes. E incluíram o começo da longa noite medieval, da qual o mundo só acordou, meio zonzo, com a publicação, em 1543, do *De Revolutionibus*, do Copérnico – outros mil anos depois de Proclus.

Às vezes, dá para pensar que chegamos perto do racional exemplificado por Tales e seus contemporâneos – afinal, conseguimos evitar a guerra nuclear, uma cura para o câncer é iminente e todo dia aparece um sabor novo de picolé – mas, às vezes, parece que estamos escorregando para mais mil anos de obscurantismo e estupidez.

Né não?

RATO FALHO / RAFAEL CORRÊA



RANGO / EDGAR VASQUES



Somos uma **cooperativa de crédito completa** e cooperamos para sermos a opção financeira para **você realizar sonhos** de forma sólida e segura.



51 **3225.8539** | 51 **9 9787.5485** ☎
Trav. Francisco Leonardo Truda, 76
Centro Histórico | Porto Alegre (RS)
portoalegre@cresolsicoper.com.br



CRESOL

Acompanhe a Cresol nas redes sociais   **CRESOL Gerações**

 <https://www.cresolsicoper.com.br/metropolitana>